



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

STHEPHANE DUTRA DOS SANTOS

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA**

MACEIÓ-AL
2021

STHEPHANE DUTRA DOS SANTOS

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Reivan Marinho de Souza

**MACEIÓ-AL
2021**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Stephane Dutra dos Santos

Aluna/ concluinte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 20/ 04/ 2021

Título: **INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA**

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora:

Ricardo Marinho de Souza

Professor orientador

[Handwritten Signature]

Examinador 1

Manuela Aragão Pinheiro

Examinador 2

[Handwritten Signature]
Antonio Jorge dos Santos
Assistente em Administração
FESCHUFAL
SIAPE: 2412249

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família que durante esses quase cinco anos me deram todo suporte, me incentivando a correr atrás dos meus sonhos e me motivando nos momentos em que mais tive dificuldade. À minha avó Severina que tornou tudo isso possível e sempre me ajudou nas decisões mais importantes da minha vida. Aos meus irmãos Greyce Kelly e Tiago Raiol, minha tia Ruth Duarte e meu tio Abhimaél Dutra que foram fundamentais na minha formação. Aos meus pais Wilson e Eloina que me criaram e me educaram para eu ser a pessoa que sou hoje, minha mãezinha minhas saudades são eternas e sei que estaria orgulhosa se estivesse aqui, te dedico tudo.

À minha parceira de Pibic Ana Rute que, nos momentos da graduação em que tive dificuldades e insegurança, me ajudou, me motivou a seguir em frente. Sempre serei grata amiga.

À minha orientadora Reivan Marinho de Souza pelas inúmeras oportunidades e ensinamentos durante toda a graduação. Admiro muito sua inteligência e domínio teórico. Gratidão pelas oportunidades que propiciaram o meu crescimento e aproveitamento da graduação.

À Brenda Matias, Lohuama Marques e Andresa Silva, minhas “best’s” de Fortaleza, apesar da distância, sei que sempre posso contar com vocês. São muito especiais para mim.

Agradeço a todos os amigos/as que fizeram parte da minha rotina da Ufal e que foram fundamentais neste processo: Delly Gonçalves, Jamilly Alexandra, Jadson Souza, Laís Menezes, Lucas Silvestre, Elias Lourenço, Juan Douglas, Deyvisson Alves e Jorge Andrés.

Aos professores do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social, em especial, Artur Bispo e Angélica Luiza Bezerra, que me incentivaram muito e sempre acreditaram no meu potencial. Às líderes do grupo, Edlene Pimentel e Gilmaísa Macedo, obrigada pela oportunidade.

Agradeço ao professor Albani Barros e à assistente social Manuella Aragão por aceitarem fazer parte da minha banca de TCC e contribuírem com o meu trabalho.

Por fim, à Universidade Federal de Alagoas por me proporcionar um ensino crítico e de qualidade. Tenho orgulho da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA”, resulta de uma pesquisa teórica nas modalidades bibliográfica e documental. Objetivamos investigar o fenômeno da informalidade nas suas primeiras expressões, com o trabalho domiciliar na grande indústria, século XVIII, e fundamentalmente sua configuração contemporânea pós anos de 1980. Ancorada nos fundamentos da teoria marxiana, apreende que o trabalho informal possui nexos com a produção capitalista desde suas origens, pois possibilita reduzir os custos do processo de trabalho. Identificamos que o trabalho domiciliar possui as mesmas características de precariedade do trabalho informal que se configura na contemporaneidade. Com a crise estrutural do capital dos anos 1970, verificou-se o aprofundamento das contradições do sistema. Com o intuito de repor o padrão de acumulação e as altas taxas de lucratividade que se tinha anteriormente, gestou-se o processo de reestruturação produtiva/ 1980. Neste contexto, a informalidade é reeditada e suas expressões contemporâneas são mais heterogêneas e complexas. A pesquisa revelou que a expansão da informalidade se adequa funcionalmente ao caráter flexível imposto pela produção toyotista e avança a partir dos processos de terceirização das relações de trabalho. A análise dos dados revela que o fenômeno se expande principalmente nos momentos de crise e ajustes políticos e econômicos, a informalidade representa formas precárias de trabalho, a desregulamentação de direitos trabalhistas conquistados historicamente, um trabalho muito mais intenso, atípico e instável. Abordamos as duas perspectivas teóricas [dualista e não-dualista] que discutem sobre a informalidade e como a perspectiva dualista vem ganhando espaço mediante o oportunismo do discurso liberal. No contexto da pandemia da covid-19, os impactos para os trabalhadores no campo da informalidade foram ainda maiores, isso demonstra que, a “suposta” autonomia dos trabalhadores, de fato, não se configura na realidade como é propalado pelo discurso liberal do empreendedorismo. Assim, compreendemos, que o trabalho informal, desde sua gênese, expressa formas de subordinação ampliada do trabalho ao capital e inúmeras perdas para o trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Reestruturação Produtiva. Controle.

ABSTRACT

The present work of conclusion of the course, entitled "INFORMALITY AND PRECARIZATION OF WORK IN CONTEMPORARY PRODUCTIVE RESTRUCTURING", results from a theoretical research in the bibliographic and documentary modalities. We aim to investigate the phenomenon of informality in its first expressions, with home work in large industry, 18th century, and fundamentally its contemporary configuration after the 1980s. Anchored in the foundations of Marxian theory, it apprehends that informal work has links with capitalist production since its origins, because it makes it possible to reduce the costs of the work process. We identified that home work has the same characteristics of precariousness as informal work that is configured in contemporary times. With the structural crisis of capital in the 1970s, there was a deepening of the system's contradictions. In order to restore the pattern of accumulation and the high rates of profitability that previously existed, the productive restructuring process was initiated / 1980. In this context, informality is reissued and its contemporary expressions are more heterogeneous and complex. The research revealed that the expansion of informality is functionally adapted to the flexible character imposed by Toyotist production and advances from the outsourcing processes of labor relations. The analysis of the data reveals that the phenomenon expands mainly in times of crisis and political and economic adjustments, informality represents precarious forms of work, the deregulation of labor rights conquered historically, a much more intense, atypical and unstable work. We approach the two theoretical perspectives [dualist and non-dualist] that discuss informality and how the dualist perspective has been gaining ground through the opportunism of liberal discourse. In the context of the covid-19 pandemic, the impacts for workers in the informality field were even greater, this demonstrates that, the "supposed" autonomy of workers, in fact, is not configured in reality as it is propagated by the liberal speech of entrepreneurship. Thus, we understand that informal work, since its genesis, expresses forms of increased subordination from work to capital and countless losses for the worker.

Keywords: Informal work. Productive Restructuring. Control.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FORMAS INICIAIS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA, PRIMÓRDIOS DO TRABALHO INFORMAL	
2.1. Processos iniciais de organização da produção capitalista: cooperação e manufatura.....	13
2.2. Industrialização capitalista e o gérmen do trabalho informal.....	20
3. CAPITALISMO MONOPOLISTA, CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL	
3.1. Capitalismo monopolista e as mudanças na organização do trabalho com o fordismo.....	30
3.2. Determinantes histórico-sociais da crise estrutural do capital.....	40
3.3. Reestruturação produtiva, produção flexível, crescimento do trabalho informal.....	44
4. EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL E SEUS NEXOS COM A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE	
4.1. “Setor formal” <i>versus</i> “Setor informal”.....	51
4.2. Expressões contemporâneas do trabalho informal, precarização das condições de trabalho e de vida de trabalhadores.....	58
4.3. Notas sobre o trabalho informal no contexto da pandemia da Covid-19.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa o fenômeno da informalidade no contexto da reestruturação produtiva, tendo em vista apreender os seus determinantes históricos materiais, suas formas originárias com a grande indústria, explicitar a dualidade das teses sobre trabalho formal e informal e demonstrar porque a informalidade expressa uma das formas mais aviltantes de precarização do trabalho.

É a partir das experiências e reflexões de pesquisa realizada como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/ UFAL, nos Projetos de Pesquisa: 1º) “Economia solidária”, cooperativas de autogestão, organizações sociais: estratégias econômico-sociais e políticas de controle do trabalho” (2016-2019) e 2º) “Reestruturação produtiva, controle e precarização estrutural do trabalho” (2019-2022) que se inicia a elaboração deste trabalho. Esses projetos são coordenados pela profa. Dra. Reivan Marinho de Souza/ FSSO, os quais estão vinculados ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social – GPSRS, que integra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS da Faculdade de Serviço Social/ FSSO-UFAL. Em ambas as pesquisas, os planos individuais de trabalho¹ foram direcionados a compreender as questões acerca da informalidade, desde suas primeiras expressões até a contemporaneidade.

O pressuposto da investigação, demonstrada neste TCC, é de que o fenômeno da informalidade cresce no Brasil com a crise estrutural do capital de 1970 e avança com o processo de reestruturação produtiva e de terceirização das relações de trabalho. Neste contexto, foi marcante o conseqüente aparecimento de inúmeras relações e modalidades de trabalho como a imposição de um padrão de reprodução do capital num contexto de crise estrutural, afetando as condições de reprodução social dos trabalhadores. Supõe-se também que a informalidade contribuiu significativamente para o aumento de processos de precarização da força de trabalho na contemporaneidade em sua relação funcional com o núcleo da produção capitalista.

¹ Foram desenvolvidos os seguintes planos individuais de trabalho: 1. “Cooperativas e expansão da informalidade – formas atuais de controle do trabalho”(ciclo-2017-2018) e 2. *Informalidade e reestruturação produtiva: autonomia ou precarização do trabalho?*(ciclo 2019-2020).

Nesse sentido, a relevância da pesquisa está em contribuir com reflexões acerca do fenômeno da informalidade que visam desvendar os impactos da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora no contexto da reestruturação produtiva. Refletimos criticamente sobre a particularidade do trabalho informal, tendo como referência teórico-metodológica a teoria social de Marx, a qual possibilitou desvelar os elementos fundamentais nas formas contemporâneas de exploração do trabalho. Nesse sentido, torna-se relevante, também, contribuir com os estudos na esfera do Serviço Social e áreas afins de conhecimento na perspectiva de apreensão da categoria do trabalho e dos fenômenos sociais relacionados à informalidade. Os debates para os trabalhadores estão no cotidiano profissional do/a assistente social, e, portanto, é fundamental a compreensão dos determinantes históricos dos problemas sociais.

No Brasil, entre os anos 1990-2000, a informalidade chegou a 60% dos trabalhadores ativos² e predominou no setor de serviços. Sua reedição segue em meio aos ajustes econômicos e políticos que são ativados em momentos de crise. Em 2016, por exemplo, a informalidade representava “61% da força de trabalho mundial. Outra indicação clara da má qualidade de muitos empregos é que, em 2018, mais de um quarto dos trabalhadores em países de baixa e média baixa renda viviam na pobreza extrema ou moderada” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2019, p.3). Esses dados demonstram o quanto é importante investigar este fenômeno da informalidade e desvendar suas múltiplas faces para apreender por que ele se mantém na sociabilidade capitalista? É possível superá-lo em plena era de desenvolvimento tecnológico da microeletrônica e da informática na reestruturação produtiva?

Entende-se que a funcionalidade do trabalho informal à produção capitalista se deve principalmente pelo rebaixamento dos custos com o trabalhador (prevalência do salário “por peça”, sem garantia de direitos trabalhistas como férias remuneradas, 13º salário, licença maternidade etc.) e com a reprodução das condições de vida da força de trabalho. A informalidade ganha novos arranjos ao expressar a intensificação da subordinação real do trabalho ao capital mediante o incremento de transformações tecnológicas que, com a inserção da informatização nos processos produtivos, implicam

² CARDOSO JR., José Celso; FERNANDES, Suiane. **A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa**. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, IPEA/MTE, n. 14, out. 2000.

numa acentuada economia de tempo de trabalho, ampliação das taxas de lucratividade e de extração de mais-valia relativa e absoluta.

A investigação teve como referência teórica-metodológica, conforme dito acima, a perspectiva marxiana inscrita na obra fundamental *O Capital*. O método materialista histórico-dialético da teoria de Karl Marx, como “método de apreensão da realidade [que se propõe capturar] o movimento do real” é “o modo mais adequado para conhecer o ser social” (NETTO, 2011, p.333-335). Assim, no processo de investigação procurou-se apreender dialeticamente o movimento do objeto de pesquisa - o fenômeno da informalidade na reestruturação produtiva contemporânea em face do avanço significativo de suas expressões nos países periféricos.

Foi realizada uma pesquisa teórica, nas modalidades bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica realizou-se a leitura, sistematização de obras clássicas e contemporâneas na área do trabalho, resultando em fichamentos, sínteses e na elaboração deste trabalho. Na pesquisa documental a referência foram os estudos dos organismos de pesquisa nacionais e internacionais. Para entender a informalidade na contemporaneidade fez-se necessário, primeiramente, resgatar seus determinantes históricos no desenvolvimento capitalista. Para tanto, nos apropriamos de capítulos de *O Capital* da obra de Marx (1996) que tratam dos fundamentos ontológicos do trabalho, do trabalho abstrato e das formas iniciais da produção capitalista. Na produção teórica contemporânea a atenção dos estudos se concentrou na contribuição de: Mészáros (2002), ao resgatar as determinações essenciais e as conexões causais da crise estrutural; em textos de Antunes (2009) (2018) e de Souza (2011) sobre as configurações da reestruturação produtiva e de Tavares (1997) (2004) que analisa o trabalho informal e seus nexos com a produção capitalista.

Na pesquisa documental, destacam-se os relatórios, sínteses e gráficos dos principais institutos de pesquisas, dentre eles: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A partir da sistematização das pesquisas realizadas, tendo em vista responder aos objetivos e problema de pesquisa, o trabalho foi estruturado em quatro seções. A primeira seção é composta pela introdução. A segunda seção intitulada “FORMAS

INICIAIS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA, PRIMÓRDIOS DO TRABALHO INFORMAL”, foram resgatadas as primeiras formas de organização da produção capitalista e de controle do capital – cooperação, manufatura e grande indústria. Entende-se a cooperação como a base da produção capitalista, que a partir da reunião de vários trabalhadores num mesmo processo de trabalho sob o comando de um capital, possibilita ampliar a produção de mercadorias a partir da exploração sistemática da força de trabalho. A manufatura é a forma clássica, inicial da produção capitalista. No entanto, é com a consolidação da grande indústria – da ciência aplicada à produção – que o processo de trabalho é revolucionado. Com a inserção e modernização das máquinas no processo produtivo, a demanda por trabalho vivo diminui e muitos trabalhadores são deslocados do processo de trabalho. Com o desemprego acentuado e sem oportunidades de trabalho, os trabalhadores passam a realizar a produção de mercadorias nos seus domicílios, envolvendo os membros da família. Neste contexto, são identificadas, com as *mistresses houses* as primeiras expressões da informalidade, pois possuem características similares as do trabalhador informal na contemporaneidade.

Na terceira seção, intitulada “CAPITALISMO MONOPOLISTA, CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL”, fez-se o resgate dos determinantes históricos e econômicos do século XX. Explicita-se a consolidação do capitalismo monopolista, com destaque a implantação do modelo taylorista-fordista de produção; o resgate das expressões da crise estrutural do capital em 1970, seus nexos causais e complexidade. De 1980 aos dias atuais, analisa-se o processo de reestruturação produtiva que consolida a acumulação e produção flexível ou modelo *toyotista* em resposta a crise estrutural do capital, com vistas a reduzir a queda tendencial da taxa de lucros. Neste contexto de crise e de seu enfrentamento com a reestruturação produtiva verifica-se o avanço do trabalho informal, agravados com a instauração mundial dos processos de terceirização na produção de bens e serviços.

Na quarta e última seção, denominada “EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL E SEUS NEXOS COM A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE”, aborda-se o debate contemporâneo sobre o trabalho informal e como as determinações ideológicas passaram a justificar a expansão de formas precárias de trabalho e como o oportunismo do discurso liberal vem sendo

utilizado. São explicitadas as principais expressões contemporâneas da informalidade e o avanço contínuo do fenômeno no Brasil e no mundo, são destacados dados e reflexões acerca das condições de trabalho e desproteção social dos trabalhadores informais. Por fim, uma breve reflexão sobre a informalidade no contexto da pandemia da Covid-19 e os dados mais recentes que revelam o enfrentamento dos trabalhadores nesse contexto de insegurança, de instabilidade econômica e social.

2. FORMAS INICIAIS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA, PRIMÓRDIOS DO TRABALHO INFORMAL

Nesta seção, expõem-se as bases histórico-materiais da divisão do trabalho no modo de produção capitalista. Com referência nos capítulos XI, XII e XIII da obra *O Capital* de Marx são abordadas as formas iniciais da produção capitalista - cooperação, manufatura e grande indústria. Destaca-se a grande indústria, momento de consolidação da produção capitalista no período que inaugura o capitalismo concorrencial, entre os séculos XVIII e XIX, com a revolução industrial na Inglaterra, na Europa Ocidental. São refletidos os impactos da produção mecanizada para a reprodução social do trabalhador. Impactos esses que possibilitam apreender as origens da informalidade e porque ela se generaliza, como condição de sobrevivência para o trabalhador e funcional à produção da grande indústria.

2.1 Processos iniciais de produção capitalista: cooperação e manufatura

Para Marx (1996), o início da produção capitalista ocorre com o trabalho cooperado baseado na divisão sócio técnica do trabalho, entre os séculos XVI e XVIII. O início da cooperação acontece quando o mesmo capitalista reúne vários trabalhadores, no mesmo espaço físico ou processo de trabalho, desenvolvendo atividades conexas, as quais possibilitam aumentar de forma considerável a produção em relação ao que se produzia anteriormente, na confecção de determinado produto.

Esta base da produção capitalista e da divisão do trabalho é intitulada por Mello (1999, p. 85), “como espécie de forma primitiva da manufatura”. Inicialmente, a diferença entre a produção artesanal das corporações de ofício e da manufatura é puramente quantitativa, visto que a taxa média de mais-valia produzida por um capital e a produzida por um trabalhador isolado são equivalentes. O grau de exploração não se altera, porque o valor da força de trabalho ainda é o mesmo, conforme análise de Marx (1996):

Se uma jornada de trabalho se objetiva em 6 xelins, então 1 200 de tais jornadas em 6 xelins x 1 200. Em um caso incorporam-se 12 horas de trabalho e no outro, 12 x 1 200 aos produtos. Na produção de valor, os muitos sempre contam como muitos indivíduos. Para a produção de valor,

não faz diferença que 1 200 trabalhadores produzam isoladamente ou unificados sob o comando do mesmo capital (MARX, 1996, p. 439).

Ocorre, entretanto, uma modificação do trabalho com a produção capitalista manufatureira, porque “o trabalho objetivado em valor [precisa ser] trabalho de qualidade social média” (MARX, 1996, p. 439), a produção exige um mínimo de eficiência da força de trabalho, também denominada de qualidade social média. De toda a produção é calculada a média, e Marx exemplifica que pouco difere a qualidade de um trabalhador para outro, pois a agilidade de um compensará a debilidade do outro e logo esses desvios são superados, “esses desvios individuais [...] compensam-se e desaparecem, tão logo se tome um número maior de trabalhadores em conjunto (MARX, 1996, p. 440). Mesmo que a taxa de mais-valia extraída do trabalhador seja a mesma, o emprego simultâneo, ou seja, a concentração em massa de trabalhadores em um mesmo espaço de trabalho é funcional ao aumento significativo da produção de mercadorias, pois a união de um número maior de trabalhadores altera as condições objetivas do processo de trabalho. Na nova forma de produzir manufatureira, o trabalhador produz o necessário para sua subsistência e produz trabalho excedente ao capitalista.

Conforme Marx (1996), em médio e longo prazo, há uma redução de custos favorecendo-a, visto que na medida em que o espaço e os meios de produção são utilizados coletivamente no processo de trabalho – reduzindo significativamente seu dispêndio, o gasto é obviamente inferior. Nesse sentido, diminui-se um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria e conseqüentemente o valor da força de trabalho.

Assim, é vantajoso para o capitalista aglomerar esses trabalhadores em determinado local do que separá-los em várias oficinas, porque o custo com insumos será menor. Marx demonstra que o trabalho coletivo/combinado é indispensável em produções específicas, por exemplo, “quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual” (MARX, 1996, p. 442). O trabalho isolado, geralmente, gasta mais tempo para produzir determinada mercadoria, não satisfazendo os interesses de autovalorização do capital. O contato social entre essa massa produtiva aumenta na medida em que eles produzem juntos e têm interesses em comum, essa forma de trabalho intensifica a capacidade de produção, como dito anteriormente.

O produto final, resultante do trabalho cooperado, será o mesmo e único, haja vista que “ocorre combinação de trabalho quando, por exemplo, uma construção é iniciada, ao mesmo tempo, de vários lados, embora os que cooperam façam o mesmo ou algo da mesma espécie” (MARX, 1996, p. 444). Em alguns processos de produção específicos, o tempo de trabalho poderá afetar qualitativamente a produção, necessitando da aglomeração de trabalhadores para encerrar um ciclo produtivo, sendo mais uma vez necessário o trabalho cooperado, “se, por exemplo, trata-se [...] de ceifar e colher determinada área de trigo, a quantidade e a qualidade do produto dependem de a operação ser iniciada em determinado momento e terminada [noutro] momento” (MARX, 1996, p. 444).

Nessa lógica, a cooperação expande as oficinas de trabalho na mesma proporção que diminui os campos da produção, reduzindo o dispêndio com os meios de produção mediante seu uso coletivo. De acordo com Marx (1996) diminui-se o valor da força de trabalho, o processo de trabalho é acelerado por estreitar seu campo espacial/geográfico, produz-se mais valor de uso, aumenta-se a competição entre os indivíduos, transferindo ao trabalho individual seu caráter de trabalho social médio e dentre outros impactos.

Marx salienta que a cooperação se materializa inicialmente, com a contratação massiva e imediata de força de trabalho e que o capitalista precisa empregar os trabalhadores de forma simultânea. Contratação essa que vai despender um gasto para que se invista inicialmente na produção – dispêndio inferior do que se ele fosse contratar uma quantidade menor de trabalhadores e em curta escala. O mesmo acontece com os meios de trabalhos. Porém, esse investimento logo será compensado, porque a produção será maior e os custos reduzidos. A cooperação é, portanto, a base, o modo de ser da organização da produção capitalista, funcional à reprodução do capital. Segundo expõe o autor:

O pagamento de 300 trabalhadores, de uma vez, mesmo por um dia só, exige maior dispêndio de capital que o pagamento de poucos trabalhadores, semana por semana, durante o ano inteiro. Portanto, o número dos trabalhadores que cooperam ou a escala da cooperação depende de início da grandeza do capital que o capitalista individual pode despender na compra da força de trabalho (MARX, 1996, p. 446).

Outra característica da cooperação é que requer a existência de um comando, de uma direção para exercer o controle, contratar e dirigir uma expressiva quantidade de força de trabalho. Para Marx (1996), essa é mais uma exigência do trabalho cooperado. Essa direção existe tanto para organizar, controlar a gestão do trabalho, ampliar a produtividade e diminuir

os custos de produção. Surgem os gerentes, *manegers*, as primeiras formas de controle da força de trabalho. A mediação, num primeiro momento, é feita pelo capitalista e depois é demandada para um trabalhador a função de gerenciar a produção, isentando o capitalista de qualquer labor. Porém, é importante frisar que mesmo gerenciando e estando hierarquicamente numa posição superior aos outros trabalhadores, essa força de trabalho também é explorada e faz parte do processo produtivo.

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais [...] com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração (MARX, 1996, p. 447).

A cooperação adquire sua forma clássica na manufatura, originada de forma dúplice. A primeira, formada por diferentes artífices autônomos com funções diferentes, trabalhando simultaneamente com foco no trabalho global “reúne todos esses diferentes artífices em uma casa de trabalho, onde eles trabalham simultaneamente em colaboração uns com os outros” (MARX, 1996, p. 453). É a união de vários trabalhadores, em diversas operações parciais, onde o trabalhador perde toda a sua autonomia, onde eles produzem determinado produto.

A segunda forma da origem da manufatura segue o sentido oposto, ao invés de trabalharem simultaneamente, esses artífices irão produzir isoladamente um produto realizando diversas operações, “ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico” (MARX, 1996, p. 453). Porém, posteriormente, esse modo de produzir é alterado, a produção passa a ser dividida por processos, transformando esses artífices autônomos em trabalhadores parciais com uma função exclusiva e vitalícia.

Ressalta Marx “em virtude das experiências, foram ainda muito mais subdivididas, isoladas e tornadas autônomas como funções exclusivas de trabalhadores individuais” (MARX, 1996, p. 453). Portanto, essa segunda origem é iniciada com trabalhadores exercendo funções parecidas e gradativamente dá a esses trabalhadores uma função exclusiva.

Marx ressalta a importância de compreender e analisar todo o processo de produção para entender como a divisão do trabalho manufatureira tem uma estrutura que se assemelha a um trabalho de pouca complexidade para o período, como o artesanato, e ao contrário deste, vai se complexificando com o seu desenvolvimento e consolidação do capitalismo, “um desenvolvimento permanente e contínuo das forças produtivas e da divisão do trabalho em escala correspondente” (MELLO, 1999, p. 83). A manufatura desenvolve a divisão social e técnica do trabalho e decompõe o trabalhador que realizava todas as etapas o processo produtivo, em um trabalhador parcial preso à sua ferramenta manual. Agora, o trabalhador executa uma única função em todo o processo produtivo, ao contrário do artesão nas corporações de ofício, que participava de várias etapas no processo produtivo. Após adquirir sua função exclusiva, o trabalhador parcial vai se aperfeiçoando e a “manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios” (MARX, 1996, p.456). O artesão que participava de todo o processo precisava mudar diversas vezes de ambiente de trabalho e de instrumentos, tornando a produção mais prolongada. Este prolongamento é superado na medida em que a operação for mudada para uma produção contínua – no mesmo ambiente de trabalho, e sem perder força de trabalho.

A qualidade na produtividade deve-se também ao aperfeiçoamento de suas ferramentas, adaptando ferramentas da mesma espécie para que ela possa ser utilizada em todos os processos, aumentando a qualidade dos produtos. Entretanto, com o desenvolvimento da manufatura, esse modo é alterado, “as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e, portanto, exclusiva” (MARX, 1996, p. 457).

Marx destaca duas formas fundamentais da manufatura – manufatura heterogênea e a manufatura orgânica, que mesmo estando articuladas em alguns momentos, elas são opostas e constituídas de formas diferentes. O determinante principal de qual forma será utilizada é o produto, através dele de acordo com Marx (1996), que a produção será composta pela união de trabalhadores parciais autônomos (heterogênea) ou composta por uma sequência de processos e manipulações (orgânica). Ambas as formas são fundamentais para a consolidação da grande indústria.

Marx utiliza o exemplo do relógio para explicar a manufatura heterogênea, que é caracterizada pela união de trabalhadores parciais autônomos, em que cada um executa isoladamente sua função e no final apenas um trabalhador monta todo o relógio e é finalizada

a produção, com isso “só poucas partes do relógio passam por diferentes mãos, e todos esses *membra disjecta* são reunidos somente na mão que os combina finalmente para formar um todo mecânico” (MARX, 1996, p. 453).

Na manufatura orgânica a produção é composta pela reunião de vários trabalhadores interligados, onde o produto perpassa por cada um, sendo produzido gradativamente, ou seja, a produção é feita por uma sequência de processos interligados. Este tipo de manufatura reduz o tempo gasto na produção, visto que ela une os ofícios em um único local “na medida em que tal manufatura combina ofícios originalmente dispersos, ela reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo” (MARX, 1996, p. 460). Para tanto, esses processos têm que ser contínuos para que não haja dispêndio de tempo entre um processo e outro. A matéria prima perpassa por todos os trabalhadores parciais e vai se modificando em cada etapa do processo, assim “o trabalho de um constitui o ponto de partida do outro. Um trabalhador ocupa, portanto, diretamente o outro” (MARX, 1996, p. 461). Neste processo, o capitalista passa a contratar um trabalhador parcial, com uma função exclusiva e gastando um limite de tempo necessário para manter a qualidade da produção, por isso a manufatura orgânica é predominante e o trabalhador parcial cada vez menos demandado.

A manufatura orgânica tem processos relativos, em que cada um requer maior ou menor quantidade de tempo. Visto isso, a contratação para a composição de cada processo tem que satisfazer determinada demanda, seguindo uma lógica matemática,

Reaparece aí o princípio da cooperação em sua forma mais simples, a ocupação simultânea de muitos que executam trabalho da mesma espécie, agora, porém como expressão de uma relação orgânica [...] ela desenvolve com a articulação qualitativa a regra quantitativa e a proporcionalidade do processo de trabalho social (MARX, 1996, p. 462).

Então, a produção é dividida em grupos individuais. Cada grupo é composto por trabalhadores específicos e exercendo a mesma função parcial. Constituindo assim, “um órgão particular do elemento global” (MARX, 1996, p.462). Cada trabalhador compõe um grupo e a união desses grupos compõe toda a produção, tornando necessária a participação de todos para que o processo produtivo funcione ordenadamente,

O período da manufatura é marcado pela agilidade na produção, reduzindo ao máximo o tempo de um processo ao outro. Por volta no século XVII, conforme a manufatura foi se desenvolvendo, gradativamente torna-se necessária a implementação de máquinas nos processos mais básicos. Porém, “a maquinaria específica do período manufatureiro permanece

o próprio trabalhador coletivo” (MARX, 1996, p. 464). Outra característica fundamental é a subordinação hierárquica entre trabalhadores qualificados e não qualificados, classificando-os por funções de acordo com suas aptidões. Portanto, “a manufatura desenvolve uma hierarquia das forças de trabalho” (MARX, 1996, p. 465) e cria salários correspondentes à sua qualificação.

A obra recai a partir de agora sobre as diferenciações contidas na valorização da força de trabalho qualificada e não qualificada, expondo o desejo do capitalista de reduzir os custos em aprendizagem onde “em ambos os casos cai o valor da força de trabalho” (MARX, 1996, p. 466), tendo em vista que no trabalho não qualificado o custo é nulo, porque não há necessidade de especialização e técnica. É desta desvalorização da força de trabalho que o capital se reproduz ainda mais, visto que a redução máxima de tempo é benéfica ao processo produtivo.

No início da civilização, a troca de produtos fez com que diversas comunidades e pessoas se relacionassem em busca de meios diferentes de produção e de subsistência em seu meio ambiente natural, pois essas comunidades viviam em modos de produção e de vida diferentes, diante disto, provocou o intercâmbio recíproco dos produtos e, portanto, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. Entretanto, esta relação torna as comunidades e tribos que antes eram autônomas em uma relação interdependentes de uma produção social global. Então, é a partir desta relação, que todo âmbito social é transformado e assim, dá-se origem a divisão social do trabalho (MARX, 1996). A divisão social do trabalho igualitária/comunal nas comunidades originárias precede às sociedades de classe. É com a produção do excedente da riqueza nas comunidades originárias que constitui as sociedades de classes.

A divisão do trabalho na manufatura é dada a partir da divisão dos artífices em suas funções exclusivas e na divisão do trabalho dentro da sociedade, sua base é a densidade e a aglomeração de pessoas. Porém, Marx ressalta que essa densidade depende do desenvolvimento dos meios de comunicação. Se uma cidade tem um número elevado de pessoas, mas não tem este desenvolvimento, a população ficaria dispersa.

Um dos pressupostos da produção capitalista é a produção cada vez mais acelerada e menos dispendiosa e o fluxo desses produtos, então uma exigência é que “a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade” (MARX, 1996, p. 468).

É a partir da manufatura que a divisão técnica do trabalho é introduzida na produção capitalista, o trabalhador parcial passa a desenvolver um trabalho repetitivo com a sua ferramenta e isso faz com que a produção seja acelerada e intensificada. Com o aperfeiçoamento das ferramentas, o trabalhador coletivo combinado passa a ter uma atividade limitada e a mesma função para o resto da vida. Portanto, na manufatura exige o máximo de controle do capitalista sobre os trabalhadores e dos meios de produção que eram “seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence” (MARX, 1996, 471). A partir da divisão do trabalho na manufatura, desenvolve-se uma necessidade de trabalhadores ainda maior, estabelecida agora com esta divisão.

2.2 Os primórdios da industrialização capitalista e o gérmen da informalidade

A grande indústria substitui a base técnica manual da produção manufatureira, trazendo vários impactos para os trabalhadores e para a produção capitalista. Seu desenvolvimento e inserção no capitalismo têm como finalidade precípua baratear o valor das mercadorias, encurtar parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para sua subsistência, via extração de mais-valia relativa, aumentando a produtividade, a produção de mercadorias. Seu avanço corresponde a uma necessidade de expansão do mercado e não uma mera evolução dos instrumentos de trabalho (meios de produção), da técnica.

A principal distinção entre o período manufatureiro e a grande indústria é que na manufatura o trabalhador, junto com sua ferramenta, era a força motriz do processo produtivo, o ponto de partida da produção. Na grande indústria moderna, o maquinário é regido por uma força natural, como a força animal, hidráulica, eólica, junto a força de trabalho como um meio de trabalho. Essa nova força motriz - um conjunto de ferramentas que constitui a máquina – se expressa inicialmente no tear e depois na máquina a vapor (MARX, 1996). A grande indústria revoluciona o meio de trabalho e supera o trabalhador parcial predominante na manufatura. Marx destaca que os fundamentos da grande indústria estão na manufatura, como já explicitado anteriormente, em função da constituição do trabalho cooperado/coletivo, a divisão técnica do trabalho. A maquinaria é composta por três partes essenciais: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina de trabalho ou máquina-ferramenta. Segundo o autor,

A máquina-motriz atua como força motora de todo o mecanismo [...] o mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas [...] regula o movimento, modifica. [...] A máquina de trabalho [...] sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador da manufatura trabalham [...], porém, agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas (MARX, 1996, p. 9).

Assim, a máquina-ferramenta - junção da máquina-motriz e do mecanismo de transmissão - torna-se um mecanismo que realiza todas as etapas da produção, auxiliada pela ação da força humana, em que o capitalista irá investir para utilizar a máquina da forma mais útil. O destaque é quando “a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta” (MARX, 1996, p. 9), revolucionando o processo produtivo.

Para Marx (1996), o desgaste da máquina ocorre de duas maneiras: naturalmente com a sua utilização ou se ficar muito tempo em desuso – a exemplo da espada que com o tempo enferruja. Também acontece o desgaste moral da máquina, na medida em que se produzem máquinas mais modernas e com valor de troca inferior. Conforme o autor,

Em ambos os casos, seu valor, por mais nova e vitalmente forte que ainda possa ser, já não é determinado pelo tempo de trabalho de fato objetivado nela mesma, mas pelo tempo de trabalho necessário a sua própria reprodução ou à representação da máquina mais aperfeiçoada (MARX, 1996, p. 38).

Ao produzir mais máquinas, o capital requer sempre uma mais moderna, e produz sempre um novo modelo, porque restaurar o mesmo modelo é mais dispendioso. Outro elemento que merece destaque, de acordo com Marx (1996) é a debilidade física do trabalhador e da ferramenta manual, se comparado a um mecanismo automático. A máquina se desenvolve, superando a limitação física do trabalhador por sua existência corpórea à parte. Essa evolução revoluciona o modo de produção e os meios de trabalho, quando o trabalhador se torna mera força motriz, ou seja, quando substitui o artesão que operava uma única ferramenta por um mecanismo que opera uma massa de ferramentas, movimentada por qualquer força motriz. Eis a máquina-ferramenta enquanto elemento simples da produção mecanizada.

Na medida em que o maquinário se desenvolve, com a necessidade de uma força motriz superior à força humana, o investimento científico e técnico aplicado à indústria se desenvolve mais rapidamente com a grande indústria, é a ciência aplicada à produção para

ampliar a produtividade capitalista. Tem-se como consequência um aparelho mecânico totalmente independente da limitação humana, que executa todas as diversas operações, etapas em que o trabalhador parcial realizava manualmente na manufatura com suas ferramentas. A máquina-ferramenta, que era elemento simples, transforma-se em máquina motriz, possibilitando intensificar a extração de mais-valia relativa e ampliar a produção de mercadorias. Reafirma-se, consolida-se a cooperação baseada na divisão do trabalho, típica do período manufatureiro, no entanto, complexifica-se o modo de produzir de mercadorias porque ocorre a incorporação da ciência ao processo de trabalho, tornando o trabalhador um mero apêndice da máquina.

A manufatura fornecia os elementos fundamentais da divisão do trabalho na organização produtiva, no entanto o processo era organizado manualmente em etapas sob o controle parcial do trabalhador, momento em que o maquinário realiza toda a produção, apenas auxiliado pelo trabalhador na execução das atividades. O princípio da cooperação permanece para diminuir o dispêndio dos meios de trabalho e as interrupções em cada etapa da produção. Constitui-se:

Um sistema de maquinaria, quer se baseie agora na mera cooperação de máquinas de trabalho [...] constitui em si e por si um grande autômato. Como sistema articulado de máquinas de trabalho [...] a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida (MARX, 1996, p.16).

Com o desenvolvimento da cooperação de máquinas de trabalho e seu sistema global mecânico, a força humana torna-se um mero assistente da produção, mas indispensável. Essa é a forma mais desenvolvida da produção mecanizada. Marx (1996) destaca que o maquinário já existia na produção manufatureira, tornando-se, no entanto, no fundamento da grande indústria. Ela se desenvolve com os elementos básicos da manufatura, mas agora revoluciona seus elementos fundamentais, visto que os limites técnicos da produção manufatureira – trabalhador preso a sua ferramenta – irá gerar um conflito com a sua expansão nos diversos ramos industriais.

Com isso, o princípio subjetivo da divisão do trabalho é suprimido por um mecanismo global objetivo. De acordo com os escritos de Marx (1996), na manufatura as etapas eram isoladas, na grande indústria moderna há a combinação das máquinas e a virtuosidade do trabalhador para manejar a ferramenta é transferida ao maquinário, esgotando o trabalhador e o trabalho vivo, agora dominado pelo trabalho objetivado.

Desse modo, é possível entender por que a ferramenta não é eliminada com a maquinaria, ela é aperfeiçoada. A ferramenta simples, antes integrada à atividade produtiva na manufatura se transforma em um mecanismo complexo e objetivo, um conjunto de ferramentas diversas e autônomas na grande indústria.

Segundo Marx (1996), os efeitos da produção mecanizada para a reprodução social dos trabalhadores são inúmeros, como a exploração intensa da força de trabalho – via extração de mais-valia relativa e a ampliação do trabalho excedente. Verifica-se também a restrição do uso de força humana por causa da revolução histórica dos instrumentos de trabalho e apropriação de uma força de trabalho suplementar: trabalho feminino e infantil pelo capital. Demonstra-se novamente que o capital se apropria do que lhe é funcional e elimina o que traz algum entrave à sua reprodução.

O avanço da produtividade e da acumulação de capital faz com que membros da família de trabalhadores sejam inseridos na fábrica – trabalho familiar, objetivando sua autovalorização, “colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital” (MARX, 1996, p. 28). Assim, o valor da força de trabalho não é só pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinado produto, perdendo seu caráter individual. Mas que passe a sustentar toda a família e seu valor agora é repartido.

A compra de uma família parcelada, por exemplo, em 4 forças de trabalho, custa, talvez, mais do que anteriormente a compra da força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação, surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um (MARX, 1996, p.28).

Mediante essa nova dinâmica, a mediação de contratação formal entre capitalista e trabalhador é alterada. Se antes, comprava-se uma força de trabalho “livre”, agora a contratação da força de trabalho é familiar. Intensificando ainda mais a exploração da força de trabalho e inserindo toda a família no meio fabril.

A legislação determinava que criança com menos de treze anos pudesse trabalhar até seis horas diárias, com isso, o aluguel de crianças a partir dos nove anos tornou-se comum – essa permuta era administrada pelos próprios pais, bem como o tráfico de crianças tornou-se crescente (MARX, 1996). A alteração da mediação formal de contratação de trabalho, fez com que o Estado passasse a intervir na produção industrial – via a limitação jurídica do trabalho infantil, pois era um entrave para os fabricantes que lucravam com a exploração e

irregularidade do trabalho infantil. As condições sub-humanas do trabalho das crianças e de membros do núcleo familiar eram tão intensas, que as taxas de mortalidade infantil cresceram aceleradamente.

Se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos – além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais (MARX, 1996, p. 31).

O cenário degradante de vida dos trabalhadores fomentou também o alto consumo de opiatos e de “todos os fenômenos dos distritos fabris se reproduzem aí e, em maior grau, o infanticídio” (MARX, 1996, p.32). Conseqüente, o governo adotou medidas para a proteção das crianças. O ensino primário foi uma premissa obrigatória para a contratação de força de trabalho infantil – menores de 14 anos, em todas as fábricas subordinadas à Lei Fabril. Assim, para a exploração produtiva das crianças, a mesma deveria ser obrigada a cumprir carga horária escolar para poder dedicar-se a fábrica. Por isso, Marx ressalta que antes da lei fabril as taxas de mortalidade infantil eram mais expressivas, “não eram raros certificados de frequência escolar assinados com uma cruz”. (MARX, 1996). Foi uma mudança legal do parlamento, mas os capitalistas não acataram imediatamente. Daí, o trabalho infantil começou a ser dispensado por não ser mais conveniente quanto antes, dada as várias cláusulas desse sistema inicial de proteção social.

O prolongamento da jornada de trabalho aumenta massivamente a produção de mercadorias, mas os custos com capital constante não são alterados, cresce exorbitantemente a extração de mais-valia. A máquina funcionalmente autovaloriza o capital, porque ao desvalorizar a força de trabalho barateira as mercadorias, alcançando lucros extraordinários com maior extensão da jornada de trabalho. Assim, aumenta cada vez mais a ambição e as artimanhas do capital para acumular (MARX, 1996).

Conforme Marx (1996), a mais-valia se generaliza em dois fatores: pela taxa de extração e pelo número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Se dividindo em trabalho necessário e mais trabalho, dependendo da proporção entre a parte variável do capital e a constante. Por isso há o prolongamento da jornada de trabalho, para compensar o fator que determina a mais-valia, o número de trabalhadores em cooperação.

Se antes, a indústria incorporava trabalhadores que não eram demandados – força de trabalho feminina e infantil, agora os dispensa, aumentando cada vez mais o investimento

técnico no maquinário, por ser “o mais comprovado meio de prolongar a jornada de trabalho” (MARX, 1996, p.41). Ao demandar menos trabalho humano, a inserção capitalista na maquinaria causa mais um efeito imediato: uma população operária excedente, submetida aos ditames do capital.

Outro efeito imediato que modifica o início da produção industrial e impacta decisivamente para os trabalhadores é a intensificação da exploração do tempo de trabalho, devido “a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada” (MARX, 1996, p.42), conseguida pela luta dos trabalhadores fabris. O Estado é compelido a acatar a demanda dos trabalhadores, em função disso o capital busca outras formas para se autovalorizar e reinventar-se através do avanço dos meios de produção, para garantir as mesmas proporções de lucratividade.

Com a impossibilidade de extrair mais-valia, via o prolongamento da jornada de trabalho, “o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas” (MARX, 1996, p.42). Para tanto, os capitalistas aumentam a velocidade das máquinas, intensificando a produção. Marx destaca a relação entre o prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho, ambas se excluem mutuamente. Nesse sentido, a grande indústria avança porque produz mais mercadorias em menos tempo.

Os capitalistas além de efetuarem o pagamento dos trabalhadores sob a forma de salário, o qual é regulado pelo tempo de trabalho no chão da fábrica, também adotam o pagamento “por peça”, por notarem que um trabalhador que recebesse pela quantidade produzida, se esforçaria mais para aumentar a produção. É importante destacar que as duas formas de assalariamento: por tempo de trabalho e “por peça” se mantêm até os dias atuais, bem como outras características ou tendências alavancadas pela produção industrial capitalista.

O ritmo das máquinas foi tão intenso, que mesmo com a diminuição da jornada de trabalho, a exemplo de 12 para 11 horas diárias, não diminuiu a produção. Pelo contrário, a produção foi acentuada, se produziu mais, mesmo com a eliminação de 1 hora de trabalho (MARX, 1996). Essa faceta ou “sacada” do capital foi alcançada graças a intensificação, a potencialização da exploração da força de trabalho propiciada pelo avanço tecnológico, pela ampliação das máquinas, como uma “construção mais aperfeiçoada [...] [que se fez] necessária para exercer mais pressão sobre o trabalhador” (MARX, 1996, p. 45).

Os custos com a produção, com meios de trabalho são controlados com mais rigor na grande indústria. Percebe-se também que o dispêndio com a produção também é reduzido, pois a redução da jornada de trabalho intensifica o uso útil da máquina e também diminui o gasto com as matérias-primas. A velocidade da máquina regula, desse modo, o processo produtivo.

Os impactos da produção mecanizada geraram uma revolta do trabalhador contra o maquinário, que destruíram as máquinas massivamente, pois queriam aniquilá-las. Na revolta dos trabalhadores – movimento Ludista³ – havia uma ausência de esclarecimento e consciência entre o desenvolvimento das forças produtivas, para o desenvolvimento das forças produtivas na produção capitalista. Os trabalhadores não compreendiam que o seu inimigo é o capital, pensavam que ao quebrar as máquinas poderiam recuperar seus postos de trabalho. Essa revolta dava subsídio para o governo adotar medidas mais reacionárias de violência contra o trabalhador (MARX, 1996).

Marx também comenta sobre a repressão e violência do Estado para controlar a força de trabalho no período da acumulação primitiva do capital, quando os servos foram expulsos das terras pelos cercamentos e penalizados pela legislação sanguinária. O proletariado “livre” não conseguia ser absorvido pela manufatura com rapidez, como consequência, uma massa de pessoas miseráveis foi gestada. Em virtude disto, foi criada um meio legal contra a “vagabundagem”. A legislação tratava-os como “voluntários”, que conseguiriam sair da condição de miséria por sua própria força de vontade – ignorando as condições reais e subjetivas dos proletários. O nome sanguinário era pelo sentido real da palavra e as punições eram extremamente cruéis.

Ao ser apreendido pela primeira vez, era amarrado e açoitado até que seu sangue escorresse, na segunda vez o procedimento é repetido e sua orelha arrancada, ao ser capturado pela terceira vez o esmoleiro deve ser executado (MARX, 1996, p. 356). A legislação sanguinária além de cruel diminuiu desigualmente a resistência do povo do campo e criou uma superpopulação excedente, no entorno das cidades, que mantém a lei da oferta e da procura, diminuindo os salários. Essa população torna-se refém do Estado, das suas medidas coercitivas e assistencialistas de controle.

³ Foi um movimento dos trabalhadores que ocorreu na Inglaterra no século XVIII como forma de protesto contra as novas imposições dos capitalistas, tendo como característica a revolta acentuada dos trabalhadores contra as máquinas pensando que, “foi a máquina que roubou o trabalho dos homens e reduziu o preço das mercadorias. A máquina – eis o inimigo” (HUBERMAN, 1968, p.170).

Na grande indústria, na vigência do capitalismo concorrencial, a hostilidade torna-se direta e indireta, ao inserir o trabalhador em uma competição desigual com a máquina, a manufatura decompõe o artífice em trabalhador parcial e agora o substitui por um todo mecanizado. Assim, extingue os ofícios que produziam manualmente um produto e funda novas profissões, e “o efeito temporário da maquinaria é permanente, ao se apoderar constantemente de novos setores da produção” (MARX, 1996, p. 63).

O cerne da revolução industrial é acelerar a produtividade – a produção de mercadorias, desvalorizar e intensificar a exploração da força de trabalho, diminuir significativamente a absorção de trabalho vivo, investir no avanço tecnológico dos meios de produção – aplicação da ciência à tecnologia, reduzir o investimento na qualificação de trabalhadores, contratar força de trabalho suplementar – trabalho feminino e infantil, gerar uma massa operária excedente, que implicará no barateamento da força de trabalho (MARX, 1996).

O período de vigência da grande indústria demonstra expressivamente o aumento das taxas de desemprego, pauperismo, violência, fome, a degradação da saúde do trabalhador, a prostituição e o uso abusivo de drogas e dentre outras incidências que afetam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e sua família, “em certo grau de desenvolvimento, uma extraordinária expansão de ramos fabris pode estar unida a um decréscimo não só relativo, mas absoluto, do número de trabalhadores empregados” (MARX, 1996, p.79). Após a produção mecanizada ascender e expandir-se para vários ramos da indústria, o mercado obteve enormes lucros e uma acumulação de capital cada vez mais acentuada, que passa a ser investida em uma produção gradativamente mais desenvolvida que possibilite sua reprodução ampliada. Este modo de produzir adquire um patamar novo e grandioso.

Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial. Essa revolução está ligada a modificações na agricultura que aqui não serão ainda examinadas (MARX, 1996, p. 82).

Porém, o grande capital enfrenta pela primeira vez seus momentos de crise e estagnação – que ao longo deste trabalho iremos expor como essas crises se complexificam e são intrínsecas a este modo de produzir – a produção acelerada de mercadorias chega a um limite evidente: a saturação dos mercados. E tendencialmente, o capitalismo passa a conviver no ciclo da vitalidade média, com prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A produção de mercadorias passa a ser cada vez mais centralizada, sustentada a partir do

“barateamento das mercadorias mediante a diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho” (MARX, 1996, p.83). O ciclo de oscilação do mercado – momentos de prosperidade e crise - passa a oscilar também para a condição de trabalho, de reprodução do operário e garantia de emprego. Num dado momento o trabalhador consegue ser absorvido pelo mercado, é contratado, noutra momento pode ser dispensado.

Vê-se que a imposição da máquina na grande indústria altera aquela divisão do trabalho produzida pela manufatura, implicando transformações significativas no processo de trabalho, que intensifica a exploração de trabalhadores, tornando-os apêndices da máquina na produção de mercadorias.

Estrutura-se também uma “moderna” indústria domiciliar, que se torna uma extensão da fábrica. Ela é composta pelos trabalhadores que não foram absorvidos pela grande indústria, transformando-se numa alternativa de sobrevivência para trabalhadores desempregados. Isso significa que:

Nada tem em comum, exceto o nome, com a antiga, que pressupõe artesanato urbano independente, economia camponesa autônoma e, antes de tudo, uma casa da família trabalhadora. [...] O capital movimenta, por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores domiciliares espalhados pelas grandes cidades e pela zona rural (MARX, 1996, p.92).

Os capitalistas passam a empregar sem nenhum contrato formal de trabalho uma massa de força de trabalho barata e imatura. Predomina aí a força de trabalho infantil e feminina, por ser mão de obra mais barata e não qualificada, porque a produção praticamente elimina a habilidade do trabalhador. Os rebatimentos para o trabalhador domiciliar são ainda mais degradantes. Os locais são insalubres – devido a exposição do trabalhador a materiais químicos e venenosos – ausência de higiene e segurança, aumenta a concorrência entre trabalhador fabril x trabalhador domiciliar – com o salário do primeiro superior ao segundo – tornando a resistência dos trabalhadores mais frágil e destaca-se também a dispersão entre eles. A luta desigual com as grandes fábricas provoca também a irregularidade no trabalho, possibilitando a intensificação ainda maior da jornada de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da mortalidade. Conforme exemplifica o autor,

Onde mulheres trabalham com seus próprios filhos em casa, isto é, no sentido moderno, num quarto alugado, frequentemente num sótão, as circunstâncias são, caso isso seja possível, ainda piores. [...] Quando a criança ocupada nos estabelecimentos comerciais sai, às 9 ou 10 horas da

noite, dá-se ainda a ela, frequentemente, um pacote para que o apronte em casa (MARX, 1996, p.98).

Apreende-se que a necessidade imanente do capital de se reproduzir em escala cada vez mais ampliada, demanda, também, a inserção do maquinário na indústria domiciliar, para eliminar os limites naturais de uma produção que extrapola as condições normais/básica de vida e de trabalho dos trabalhadores “e agora [ocorre] rápida transformação do trabalho domiciliar esparsos em produção fabril” (MARX, 1996, p.100). A grande indústria fornece para a indústria domiciliar todos os insumos necessários para a produção, com isso os proprietários passam a alugar as máquinas dos grandes capitalistas, “uma concorrência mortífera para os pequenos proprietários de máquinas” (MARX, 1996, p.103). A grande indústria revoluciona também o trabalho domiciliar ao expandi-lo também para várias esferas produtivas e ao inserir o trabalho coletivo. Assim, conforme o autor:

A grande produção de mais-valia nesses ramos de atividades, bem como ao mesmo tempo o progressivo barateamento de seus artigos, era e é devida, sobretudo, ao mínimo de salário necessário para vegetar miseravelmente somado ao máximo de tempo de trabalho humanamente possível (MARX, 1996, p.101).

O capital não elimina o trabalho domiciliar da grande indústria, pois o torna uma extensão da fábrica. Esse trabalho é o que Marx chama de “os fios (in) visíveis da produção capitalista”, são existentes, mas estão subordinados, dependentes à atividade nuclear da produção da grande indústria. Enfim,

Ao lado dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores manufatureiros e dos artesãos, que concentra espacialmente em grandes massas e comanda diretamente, o capital movimenta, por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores domiciliares espalhados pelas grandes cidades e pela zona rural (MARX, 1996, p. 92).

O capital ao transformar o trabalho domiciliar em “indústria domiciliar” o torna funcional à sua autovalorização, a sua reprodução ampliada. Verifica-se, portanto, que este trabalho domiciliar é precarizado, pois assume formas degradantes, possuindo algumas características semelhantes do trabalho informal presente na reestruturação produtiva. Essas formas arcaicas de trabalho domiciliar coexistem de forma articulada ao trabalho executado na grande indústria moderna, sob o controle do grande capital.

3. CAPITALISMO MONOPOLISTA, CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL

Nesta seção são abordadas as principais mudanças da produção contemporânea com a consolidação do capitalismo monopolista, explicitadas as particularidades do modelo taylorista-fordista de produção e os determinantes históricos da crise estrutural do capital de 1970, com destaque as principais estratégias do capital na reestruturação produtiva de 1980 para superação da crise. Expõe-se o advento da produção flexível ou modelo *toyotista* e os impactos da reestruturação produtiva para os trabalhadores. Por fim, demonstra-se e reflete-se sobre o crescimento do trabalho informal e das diversas formas de trabalho precário que se expandem com a reestruturação capitalista.

3.1. Capitalismo monopolista e as mudanças na organização do trabalho com o fordismo

Na seção anterior foram abordados os processos iniciais da produção capitalista – cooperação/ manufatura e a grande indústria. A grande indústria integra, constitui a produção dominante durante o estágio do capitalismo concorrencial, “no qual o proprietário individual do capital [...] e a firma capitalista eram idênticos [...],[no entanto], já não é mais o modelo de capitalismo atualmente” (BRAVERMAN, 1987, p. 215), pois de acordo com o autor, esse segundo momento corresponde ao capitalismo em sua fase monopolista.

Conforme Netto e Braz (2009), nos últimos trinta anos do século XIX o capitalismo passou por diversas transformações, de natureza científico-técnica, econômica e sociopolítica, configurando um novo estágio do desenvolvimento capitalista, o imperialismo⁴. Esta fase ou estágio inicia em 1870, predomina durante todo o século XX, e sofre alterações e determinações particulares significativas no século XXI.

O final do século XIX é marcado pelo avanço do desenvolvimento das forças produtivas, com o domínio e aperfeiçoamento da produção pelo processo de reprodução ampliada do capital. Nesta fase do capitalismo, predomina a produção industrial pesada e em larga escala, a concentração e centralização da produção e a expansão do processo de acumulação do capital – devido a elevação da taxa de lucro.

No que tange às transformações do ponto de vista econômico, destaca-se a mudança na função dos bancos e a configuração do capital financeiro, forma de capital resultante da junção entre capital industrial, comercial e bancário, daí o advento da oligarquia financeira – um número reduzido de capitalistas industriais e banqueiros que dominam a economia mundial – e dos modernos monopólios. De acordo com Netto e Braz (2009), o surgimento dos monopólios trouxe bastante repercussão para a economia mundial, superando as limitações das fronteiras nacionais. Nos primeiros anos do século XX, o grande capital estende e articula formas de dominação e controle das atividades econômicas como o *pool*, *cartel* e o *truste*, mudando assim, a fisionomia do capitalismo. A emergência, o desenvolvimento do capitalismo monopolista provocaram mudanças fundamentais na estrutura e dinâmica do capitalismo.

Com o advento dos monopólios aumenta a concorrência pela conquista de nichos de mercado, instaura-se uma competição desigual e as médias e pequenas empresas tendem a ser derrotadas por um número restrito de empresas monopolizadas. As médias e pequenas empresas ainda persistem e podem até expandir, contudo, sempre se mantêm subordinadas aos

⁴ “Ou também intitulado pelos marxistas por capitalismo financeiro, imperialismo, neocapitalismo, capitalismo recente” (BRAVERMAN, 1987, p. 215).

monopólios que controlam a produção, o preço das mercadorias e a economia em geral. Segundo Braverman (1987),

O capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAN, 1987, p. 216).

Concomitantemente, ocorre o reordenamento dos bancos com o avanço das “casas bancárias”, organismos peculiares do estágio do capitalismo comercial. Netto e Braz (2009) elucidam que, de início, a atribuição dos bancos era reduzida, pois desempenhava apenas a função de intermediário dos pagamentos. No capitalismo monopolista a centralidade da intervenção dos bancos foi fundamental no sistema de crédito, a medida que passa a controlar massas monetárias a serem disponibilizadas para empréstimo. A concorrência entre as empresas monopolizadas também impulsionou a aquisição de crédito bancários para futuros investimentos. Os bancos, representantes do capital financeiro emergente, passam a movimentar um sistema de crédito a nível internacional, sendo então fundamentais no processo de centralização e expansão do capital em sua fase monopolista. Conforme os autores,

Ora, conhecendo as estruturas internas das firmas capitalistas e suas possibilidades e limites, na medida em que detinham as contas correntes dos capitalistas, os bancos desfrutavam de posição de força para condicionar os créditos que ofereciam e, sobretudo, participar dos melhores negócios empresariais (NETTO; BRAZ, 2009, p. 179).

O reordenamento dos bancos com o movimento de centralização do capital e a sua necessidade imanente de expansão levou a constituição de outra forma de capital, o capital financeiro – o enlace entre capital industrial, capital comercial e capital bancário. Este passa a ter papel central na fase monopolista que se constitui na últimas três décadas do século XIX. Assim, como esclarece Lênin (1984), a fase imperialista tem como características principais,

- 1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que

partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1984, n.p.).

A fase “clássica” do imperialismo possibilitou, através do desenvolvimento acelerado das forças produtivas, um movimento expansivo de concentração e centralização da produção e de capitais, bem como o surgimento de uma oligarquia financeira,⁵ que passa a deter o domínio sobre a reprodução da economia e uma grande influência política em nível internacional. No que tange à exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias que conectou o mundo às potências capitalistas, ela se constitui em duas formas. A primeira é via empréstimo, concedidos ao Estado ou para outros capitalistas. A segunda forma de exportação de capitais é por meio do capital produtivo, com a criação e expansão de indústrias por todo o globo. Nesse sentido, a busca incessante de acumulação de capital também se realiza através dos juros adquiridos com os empréstimos ou dos lucros a serem repartidos, “estabelece-se uma relação de domínio e exploração entre credor e devedor, que se expressa claramente nos vínculos entre os monopólios (e o governo de seus países) e os países (e seus governos) devedores” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 182).

Com o controle dos mercados, as empresas monopolistas criam alianças com empresas do mesmo segmento para ganhar mercados externos e passam a expandir-se mundialmente, realizando uma partilha territorial, que é comumente conhecido como empresas multinacionais. Assim, as regiões da periferia do capitalismo se mantêm subordinadas aos interesses das empresas monopolizadas transnacionais.

Segundo Netto e Braz (2009), essas associações internacionais monopolistas realizam uma partilha territorial econômica do mundo por meio de acordos entre os Estados imperialistas, configurando uma verdadeira recolonização do capitalismo. A partir de 1914, praticamente não havia mais territórios “livres” e a aquisição de novos espaços só seria possível mediante o confronto entre os Estados imperialistas. Daí a eclosão das duas guerras mundiais e outros conflitos armados, expressando os interesses econômicos de expansão desenfreada do capital financeiro.

Dentre os elementos já citados, adiciona-se também o papel da indústria bélica que constituiu um dos elementos marcantes do estágio imperialista. Ela se expande rapidamente, assumindo uma centralidade no desenho da economia mundial neste contexto de desenvolvimento da era dos monopólios. Conforme Netto e Braz (2009), a produção de

artefatos bélicos no século XX concentra-se nas mãos dos grandes monopólios e, em comparação a outros segmentos produtivos, permite oferecer superlucros, com a inovação científico-técnica passando a testar processos produtivos e componentes que depois serão “subprodutos” da indústria bélica para a produção industrial. A indústria bélica passa a ter interesses políticos e econômicos, porque os Estados imperialistas tornam-se sua clientela básica, por isso os monopólios passam a depender dos Estados para consumirem sua produção bélica. A partir daí a tensão dos monopólios sob os Estados passa a ser constante, estimulando um clima belicismo e militarismo, pois é fundamental a existência de uma ameaça externa para justificar a manutenção da indústria bélica. O papel da indústria bélica também se torna importante para a reprodução do sistema do capital, pois ela serve para travar ou reverter as crises cíclicas do capital, enquanto um fator anticrise.

Desde sua origem, o desenvolvimento capitalista ocorre de forma desigual e combinada. Desigual porque seu desenvolvimento ocorre de forma diferenciada em decorrência da dinâmica política e econômica de cada país, e, não só a relação países desenvolvidos *versus* atrasados, mas mesmo nas grandes potências há traços particulares em cada uma. E nos países de economias atrasadas, periféricas alguns podem, esporadicamente, conseguir êxito. A respeito do desenvolvimento combinado, diz respeito à pressão dos países centrais sob os países economicamente atrasados, pois embora estes últimos possam adquirir técnicas mais modernas e inovadoras na produção, em geral, não conseguem superar a condição de economia dependente e explorada. O traço desigual e combinado entre os países centrais e periféricos é eficiente, funcional e imanente ao desenvolvimento capitalista.

As tendências que comandam o sistema do capital se mantêm em sua fase imperialista, entretanto, ocorrem sob novas condições devido aos processos e fenômenos imanentes a este estágio, e que ganham evidência no decorrer do desenvolvimento capitalista. Para Netto e Braz (2009), o interesse monopolista é dúplice: obter lucros acima da média e esquivar-se dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. Para almejar tal interesse utiliza-se de meios modernos para explorar ainda mais a força de trabalho, mas com os limites políticos e econômicos há de realizar medidas mais favoráveis para obter mais lucros para os monopólios dos países centrais. Os autores destacam a fixação de um preço superior ao de mercado, controlando a sua oferta no mercado através de acordos com outros capitalistas; a apropriação de mais-valia de empresas não monopolizadas; pelas vantagens que as empresas

⁵ Conforme Netto e Braz (2009), “São inúmeros os exemplos da ação concentradora [na economia] e antidemocrática [na política], conduzida pela oligarquia financeira” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 181).

monopolizadas têm sobre as pequenas e médias empresas; o tratamento privilegiado que os monopólios recebem do Estado; o acesso a meios tecnológicos mais modernos e os excelentes lucros obtidos com a exportação de capital produtivo para os países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista teve três fases: a fase clássica, que ocorreu no período 1890-1940; os anos dourados entre 1945-1970; e a fase contemporânea, que permanece até os dias atuais. Conforme Netto e Braz (2009), a fase clássica foi marcada por diversas crises e conflitos de violência, (1870, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, e 1937-1938), sendo que a de 1929 tomou proporções maiores e mais devastadoras, donde o Estado cria estratégias de intervenção mais eficazes para garantir dadas condições de acumulação do capital.

Este processo de consolidação dos monopólios promoveu a instauração da gerência científica de Frederick Taylor⁶ e da produção rígida taylorista/fordista, mediante o gerenciamento coercitivo da força de trabalho e do controle ideológico para adequar os trabalhadores às “novas” demandas do capital. As ideias de Taylor ocorrem entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos, visando se desenvolver cada vez mais economicamente no nível de potência mundial.

Conforme Pinto (2010), em suas análises, Taylor constatou que um trabalhador tinha capacidade produtiva muito maior do que era extraída na fábrica. O trabalhador se tornava mais produtivo mediante as experiências adquiridas com o tempo, entretanto, dava para ser ainda mais produtivo se não fosse a troca constante de operações e instrumentos e os deslocamentos dentro do ambiente fabril.

Com o avanço da maquinaria e a diminuição de postos de trabalho, essas análises serviam para tornar o trabalhador muito mais produtivo em relação à melhoria nas condições de trabalho e a competição desigual entre trabalhador e maquinário, “que quanto maior a produtividade obtida do trabalho, mais altos seriam os lucros empresariais e, por conseguinte, os investimentos e as chances de se gerar melhores empregos e renda” (PINTO, 2010, p. 21-22).

Mediante este pensamento, Taylor passou a cronometrar o tempo gasto em todas as etapas da produção “em tarefas tão simples quanto esboços de gestos [...] o resultado seria a determinação do tempo “real” gasto para se realizar cada operação” (PINTO, 2010, p. 22).

⁶ “Foi um jovem estadunidense de família abastada que, por motivos ainda não definitivamente esclarecidos, abandonou os estudos que empreendia com o intuito de entrar na universidade, para empregar-se como operário aprendiz” (PINTO, 2010, p. 20).

Com o intuito de aumentar a produtividade, o método de Taylor foi apresentado ao seu chefe e logo se espalhou para diversas empresas e de ramos distintos. Conforme Braverman (1987),

O taylorismo pertence à cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho, e não ao desenvolvimento da tecnologia, no qual seu papel foi mínimo [...] A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão (BRAVERMAN, 1987, p. 82).

Desse modo, mesmo não sendo seu objetivo a aplicação da gerência científica aos processos produtivos, ela passa a ser incorporada à gestão do trabalho pelos donos das fábricas, satisfazendo as necessidades de reprodução ampliada do capital. A administração científica “entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência” (BRAVERMAN, 1987, p.83). Todas as técnicas, inovações e procedimentos foram pensadas para otimizar ao máximo o tempo da produção, a subdivisão das funções, o controle e intensificação do trabalho para extrair mais-valia, extinguir funções desnecessárias e o ócio dos trabalhadores, diminuir o dispêndio do uso dos equipamentos, dentre outros aspectos. Com a propagação do taylorismo, as funções produtivas são cada vez mais subdivididas em atividades que não exigem nenhuma qualificação técnica. Mediante isso, a modernização da gerência passa a ser incorporada com mais facilidade.

De acordo com Braverman (1987), as ideias da escola de Taylor constituem os fundamentos da organização e controle dos processos de trabalho, enquanto as outras escolas se ocupavam somente com a adaptação do trabalhador durante o processo de trabalho já em curso. As primeiras análises sobre o trabalho e o controle gerencial sobre a força de trabalho enquanto mercadoria não se inicia com o Taylor, mas com os economistas clássicos. Os estágios iniciais de controle do trabalho incluíam: a reunião de trabalhadores em uma oficina e a fixação da jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para garantir a ininterrupção dos processos; normas contra distrações e a exigência de mínimos de produção.

Além dos itens acima, a inovação taylorista permitiu aprimorar ainda mais as técnicas de controle sobre a força e o processo de trabalho. Muda-se não só o conceito sobre o controle do trabalho investe-se principalmente na rigidez do desempenho das funções como “uma necessidade absoluta para a gerência adequada à imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1987, p. 86).

Conforme Taylor (1990), seu método é norteado por quatro objetivos:

1. Desenvolver uma ciência que pudesse aplicar-se a cada fase do trabalho humano, em lugar dos velhos métodos rotineiros.
2. Selecionar o melhor trabalhador para cada serviço, passando em seguida a ensiná-lo, treiná-lo e formá-lo em lugar do antigo costume de deixar a ele que selecionasse o seu serviço e se formasse, da melhor maneira possível.
3. Criar um espírito de profunda cooperação entre a direção e os trabalhadores, com o objetivo de que as atividades se desenvolvessem de acordo com os princípios da ciência aperfeiçoada.
4. Dividir o trabalho de quase iguais processos entre a direção e os trabalhadores, devendo cada departamento atuar sobre aqueles trabalhos para os quais estivesse mais bem preparado, substituindo dessa forma as antigas condições, nas quais quase todo o trabalho e a maior parte da responsabilidade recaíam sobre aqueles (TAYLOR, 1990, p.17).

Além desses objetivos, Taylor (1990) também detalha normas, técnicas para atividades em determinados segmentos produtivos. Em cada processo ou tipo de indústria deve ser estudada a técnica mais conveniente; estudar, analisar e cronometrar o movimento dos operários; repassar as técnicas para os trabalhadores; seleção científica dos trabalhadores; separar as funções em atribuições específicas; especializar os agentes na preparação e execução; predefinir metas individuais e dar recompensa a quem atingi-las; unificar as ferramentas; distribuir as vantagens igualmente à todos envolvidos na produção; controlar a execução do trabalho e classificar as ferramentas, processos e produtos.

Observando suas normas e suas técnicas, verifica-se que a elaboração do seu método estava relacionada ao controle preciso do tempo e movimentos do trabalho, a fim de propiciar mais extração de mais-valia da força de trabalho. Esta proposição do controle rígido do tempo de trabalho de Taylor, presente na gerência científica, foi adotada por Henry Ford, nos Estados Unidos, no setor automobilístico. Esse setor industrial teve maior atenção, por ser um setor estratégico para o desenvolvimento e acumulação do capital nos países desenvolvidos, “essa indústria representa, nos países do mundo, cerca de 10% do Produto Nacional Bruto (PNB) e 15% do comércio externo. Isso quer dizer que o setor, em si, tem um peso considerável na economia desses países” (GOUNET, 1999, p. 13).

Este desenvolvimento do setor automobilístico também chama atenção do Estado, e requer incentivo às empresas para sua consolidação, o que permite aumentar a importação das empresas e a exportação de mercadorias. Há também uma maior competição entre as empresas automobilísticas. Este setor foi pioneiro em organização da produção do trabalho e a partir dele que se desenvolvem as ideias iniciais de Henry Ford, que posteriormente, fica

conhecido como Fordismo. Assim, o modelo adotado pela indústria automobilística se expande com a produção fordista na maior parte das indústrias, o que explica o desenvolvimento capitalista no século XX no contexto dos monopólios.

O início da produção fordista é quando seu criador Henry Ford, em 1914, que já possuía uma empresa de produção de automóveis há dez anos antes, decide mudar toda a organização da produção e do trabalho “destinada a fabricar seu veículo, o modelo T, por um preço relativamente baixo, de forma que fosse comprado em massa” (GOUNET, 1999, p.18). Esta mudança para uma produção rígida é oposta ao modelo produtivo que existia anteriormente, os operários eram grandes mecânicos especializados e a fabricação era artesanal, produzindo vários modelos, o que despendia muito tempo e tornava o valor do carro mais caro, sua ideia era “fornecer aos agricultores norte-americanos um meio de transporte pessoal, sem complicações excessivas, destinado a romper seu isolamento e, sobretudo, acessível ao seu bolso” (GOUNET, 1999, p.18).

Conforme Gounet (1999), o modelo fordista era caracterizado principalmente, pela produção em massa, para reduzir os custos da produção e o valor final do carro; a divisão do trabalho, decompondo ainda mais as atividades do trabalhador em movimentos repetitivos, com isso não há necessidade do trabalhador possuir alguma qualificação técnica específica; a esteira produtiva ou linha de montagem móvel, um elemento importante que cria um processo contínuo que regula e controla toda a produção evitando desperdícios; gestos simples para não desperdiçar trabalho e pela desqualificação do trabalhador; a padronização das peças e por fim, transformar a produção em um meio automático e veloz, a produção de um veículo chega a ser produzido em 01h30min hora.

As ideias de Ford trouxeram inúmeras inovações tecnológicas e de organização para o processo produtivo, e também ampliou as ideias de Taylor, daí o termo taylorismo-fordismo. A produção em massa e as mudanças propostas por Ford, só seriam possíveis com a organização do processo de trabalho, mediante a aplicação das ideias de Taylor.

Pode-se dizer, nesse sentido, que o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas, na medida em que, no lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal (PINTO, 2010, p. 32).

Para atender a demanda da produção em massa foi necessária a contratação de trabalhadores em grande quantidade. Entretanto, a experiência fordista trouxe inovações

técnicas que alteraram a dinâmica da produção, que enfrentou, inicialmente, a resistência da maioria dos trabalhadores devido a redução salarial, a intensificação do ritmo de trabalho na fábrica e a perda do domínio de ofícios pelo trabalhador. Era muito mais vantajoso manter sua aptidão e participar de todo o processo produtivo, com uma remuneração salarial maior. Por isso, os trabalhadores preferiam o método antigo. Segundo Pinto (2010), Ford elegeu estratégias de enfrentamento desse problema à medida que:

Propõe então um salário de 5 dólares por uma jornada de oito horas de trabalho. Antes, e entre os concorrentes, o salário é de 2,5 dólares. Dobrando a remuneração, Ford pensa atrair os operários que lhe faltam. O que ele não diz é que, para receber seus 5 dólares, o trabalhador deve dar provas de boa conduta, ou seja: não ser mulher, não beber, destinar seu dinheiro à família (PINTO, 2010, p. 20).

Ford conseguiu, desse modo, atrair inúmeros trabalhadores e resolver o problema em relação a força de trabalho. Conforme Gounet (1999), Ford consegue conquistar o mercado norte-americano e, em seguida o mercado mundial, seu lucro que era de 2 milhões passa para 250 milhões, em 12 anos. O modelo passa, então, a ser adotado pelos concorrentes, que ou se adaptam ou desaparecem do mercado. O número de fabricantes cai de 108, em 1923, para 12, em 1941, e o restante dos sobreviventes introduzem novos métodos de produção e pagam 5 dólares a seus operários também. Com essas mudanças, o modelo fordista se expande para o mundo, com a implantação de filiais em vários países, reduzindo ainda mais a quantidade de fabricantes. Torna-se referência obrigatória na indústria automobilística.

A experiência fordista mostra que “a empresa que muda radicalmente a organização da produção para ser mais eficaz e adaptar-se à demanda, assume a liderança da indústria. Conquista fatias do mercado e torna-se dominante” (GOUNET, 1999, p.21-22). A introdução da tecnologia precisa ter como base um plano organizacional, as principais empresas possuíam boa maquinaria, mas o que as diferenciavam era a organização, só assim era possível vencer a concorrência. Todavia, este plano organizacional dependia da aprovação dos operários, daí a proposta de pagar 5 dólares, isso fez com que os concorrentes adotassem o novo método. Após as empresas seguirem o mesmo modelo de inovação, elas se igualam e o líder perde sua diferenciação e pode perder sua liderança, que foi o que aconteceu com a Ford:

Em 1926, a Ford é ultrapassada pela General Motors, que emprega seus métodos mas responde a uma demanda diversificada, com um veículo para cada faixa de renda (enquanto a Ford vende a todos apenas o modelo T).[...]

Este nivelamento mostra uma competição mais encarniçada [...] só quem impõe custos mais baixos de produção pode conquistar fatias do mercado [maiores] (GOUNET, 1999, p. 22-23).

O empresariado norte americano tentou implantar o método fordista no Japão, com a importação de empresas norte-americanas, no entanto elas eram tidas como uma ameaça devido a sua grande vantagem tecnológica. Isso leva o governo japonês a proteger sua produção, proibindo a instalação de empresas estrangeiras no Japão. Mas, com a derrota do Japão em 1945, retorna a intervenção norte-americana no país, o que fez com que o Japão criasse um novo modelo de produção, adaptável a sua realidade.

Gounet (1999) destaca que o modelo fordista não se sustentaria no Japão, porque a realidade, a cultura dos japoneses era diferente. Eles não tinham o consumo em massa como nos Estados Unidos, os veículos menores (que o modelo T) se adequariam melhor por uma questão geográfica e a demanda é diversificada, havendo a necessidade de produzir outros modelos, mas em quantidade reduzida.

O sistema fordista foi o modelo de produção que predominou até os anos de 1970, resultou daí a maior forma de exploração capitalista da época, “sem qualificação, o operário da linha de produção aparece como uma máquina de dar lucro para a empresa, seus acionistas e diretores” (GOUNET, 1999, p.17). Esta intensificação da exploração da força de trabalho aumentou a resistência dos trabalhadores, gerando greves e conflitos, o que fez torná-lo ineficaz e um modelo insustentável para os grandes capitalistas em diversos países.

Entre 1973-1974 o auge da indústria automobilística começa a decair por conta da crise energética e a entrada das empresas japonesas no setor. Assim, em poucos anos, houve crescimento na Europa e no Japão e declínio da produção nos Estados Unidos. Com a crise do petróleo, o preço do barril dobrou, o que causou um grande impacto visto que o funcionamento de automóveis dependia de seu derivado, a gasolina. Sendo assim, o “encarecimento desta modificou profundamente a estrutura da demanda, que se transferiu progressivamente dos veículos médios e grandes para carros menores, que devorassem menos energia” (GOUNET, 1999, p.16). Isso gerou uma maior concorrência entre os capitalistas, pois os americanos fabricavam carros médios e caros, enquanto os europeus e japoneses fabricavam carros pequenos e de menor custo produtivo, sendo mais acessível. Isso provoca a saturação do mercado, onde não existem compras de novos carros, apenas substituições, explica a crise da indústria automobilística e do sistema fordista de produção.

3.2 Determinantes histórico-sociais da crise estrutural do capital

Após um longo período de prosperidade econômica e expansão de capitais, mesmo com as crises cíclicas⁷ de produção que fazem parte da dinâmica reprodutiva e existência do capital que “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795), no início dos anos 1970 o capital começa a apresentar sinais de esgotamento e declínio econômico. Diferente das crises cíclicas em que o capital conseguia obter estratégias para enfrentá-las e superá-las, a crise estrutural ocasiona o agravamento das contradições do sistema do capital em sua fase madura.

Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

No entanto, esses sinais de esgotamento indicavam uma crise de natureza estrutural que afetava todo o sistema sociometabólico do capital e da queda tendencial da taxa média de lucro, acarretando na superprodução de mercadorias, que cresce, desproporcionalmente, em relação ao consumo. Fica demonstrado “que a tripla dimensão interna [produção, consumo e circulação/distribuição/realização] da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper com o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799). A crise é caracterizada pelo seu ineditismo, dimensão global e incontrolabilidade, colocando em evidência as consequências para a reprodução dos trabalhadores, colocando-os em processos de precarização do trabalho. Mézáros (2002) caracteriza a crise estrutural em quatro aspectos principais que demonstram seu ineditismo, posto que:

⁷ Durante o século XIX até o segundo terço do século XX, o capital conseguiu alcançar o seu período de expansão mais duradouro, o que não excluiu a ocorrência de processos de crises cíclicas (temporárias, passageiras), provocados pela ativação de suas contradições imanentes, as quais, no entanto, puderam ser contornadas com os ajustes ainda disponíveis para a recuperação e a ampliação da acumulação do capital social total. (PANIAGO, 2017, p. 187).

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (795-796).

A crise estrutural do capital se difere das crises cíclicas anteriores porque ela afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Por isso não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, pois não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. E que não acontece mais a partir da crise estrutural porque põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo (MÉSZÁROS, 2002).

Antunes (2009) explica a crise estrutural a partir de um conjunto de elementos históricos que determinaram a sua eclosão, a qual afeta toda a economia capitalista, são eles: a queda tendencial da taxa de lucro, gerada pelo aumento do valor da força de trabalho, conquistado pós-45 com o aumento das lutas sociais e reduzindo os níveis de produtividade do capital; pelo desgaste do padrão de acumulação taylorista/fordista (expressão fenomênica da crise estrutural), pela diminuição do consumo, consequência do desemprego estrutural; relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos, priorizando o capital financeiro na nova fase do processo de internacionalização; pela acentuada concentração de capitais com a fusão de empresas monopolistas e oligopolistas; pela crise do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), que acarretou a crise fiscal do Estado, diminuindo os gastos públicos e sua transferência para o capital privado; pelo crescimento das privatizações, incentivando a desregulamentação e flexibilização da produção, do processo produtivo e da força de trabalho.

Mészáros, o autor que analisa em profundidade a crise estrutural, salienta que seria:

Desnecessário dizer que esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas as determinações inevitáveis do “círculo mágico” do capital referidas anteriormente, a profunda crise da “sociedade civil” reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. [...] Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

De acordo com Brenner (1999) *apud* Antunes (1999), as raízes da crise estrutural estão no excesso de produção no setor manufatureiro internacional, o deslocamento para o capital financeiro desestruturou a economia real, diminuindo sua lucratividade. O excesso de capacidade de consumo e de produção a partir dos anos 1960 estimulou o crescimento acelerado do capital financeiro na década de 1970. As raízes da crise estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro com o excesso de capacidade e de produção, expressando uma acirrada competição internacional.

A diminuição das taxas de acumulação resultou nos baixos percentuais de crescimento da produtividade e de aumento salarial, elevou a intensidade dos níveis de desemprego estrutural e menor investimento na produção. Estes inúmeros fatores compõem a crise estrutural do capital, que têm como expressão fenomênica a crise do “padrão taylorista-fordista de produção, na desestruturação do *Welfare State* e na hipertrofia do sistema financeiro” (SOUZA, 2012, p.84). A crise estrutural do capital se expressa no sentido inverso, sendo destrutiva à sua própria lógica, mas não só para ela “em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo” (ANTUNES, 2009, p. 36) intensificando a queda da taxa de lucro/acumulação e a incontrolabilidade do próprio sistema de metabolismo social do capital.

Conforme Antunes (2009), em resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação que se traduz com o advento do neoliberalismo, a inserção do modelo flexível de produção, pela privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, acarretando um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, a fim de proporcionar ao capital um arsenal necessário que recupere o seu ciclo acumulativo anterior.

De modo particular, no que se refere à ascensão do neoliberalismo ela “deve ser entendida mais como consequência do que como causas da estagnação e instabilidade econômica de longa duração” (BRENNER *apud* ANTUNES, 1999, p. 12). O advento do neoliberalismo no âmbito do sistema do capital foi favorável “na determinação da transição dos problemas de lucratividade de longa duração e da estagnação secular para a intensa crise atual” (BRENNER *apud* ANTUNES, 1999, p.12).

Assim, a crise do capital demonstra a ruptura de um longo período de expansão da acumulação e dominação da produção com a queda tendencial da taxa de lucro, que busca novos padrões de dominação, fazendo o capital e o Estado serem ainda mais expressivos contra a classe trabalhadora. As proporções atingiram também a economia das principais potências mundiais, desestruturando e acentuando sua subordinação e dependência dos países periféricos com os mais desenvolvidos economicamente. Nesse processo, concorda-se com a afirmação de que:

As mudanças evidenciadas a partir da crise vão desde a revolução informacional até os avanços da microeletrônica; por consequência, a dinâmica de exploração do trabalho é recolocada em um patamar mais acentuado, em nome da restauração do capitalismo. A condição do trabalho torna-se cada vez mais prejudicada, com incentivos à flexibilização e desregulamentação do trabalho atrelados à economia da força de trabalho em quase todas as áreas da produção e dos setores de serviços. Esta realidade intensifica ainda mais as mudanças na composição orgânica do capital (BEZERRA, 2016, p. 91).

Mesmo com o avanço informacional e tecnológico, que poderia possibilitar a redução da jornada de trabalho, é perceptível que ocorre o inverso, a extensão e desqualificação da força de trabalho, inclusive nas principais economias capitalistas. Dos países da União Europeia, a Inglaterra é o país que demonstra a maior jornada de trabalho, dos países asiáticos o Japão ganha destaque pela sua extensão histórica e por vir “tentando, por meio de proposta do governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise.” (ANTUNES, 1999, p. 34).

O capital conseguia se recuperar das suas crises até o início do século XX, consideradas então como crises cíclicas, temporárias, passíveis de reconduções, com as mudanças decorrentes da crise estrutural de 1970 demonstram-se os seus limites em manter as taxas de lucratividade. A reestruturação produtiva instiga, com os processos de flexibilização, o avanço da informalidade e dos processos de precarização, conforme salienta o autor a seguir. Em suas palavras:

Até o começo do século XX, o capitalismo ainda conseguia superar suas dificuldades e barreiras, com o incremento de novas formas de gestão da força de trabalho, a depender das necessidades da produção e da acumulação. Esta nova realidade é expressa tanto do ponto de vista do capital – por perturbar o objetivo central do capitalismo –, quanto do trabalho – por impulsionar ainda mais a precarização do trabalho, o desemprego (ora em alta, ora estável), a flexibilização e o incentivo à informalidade (BEZERRA, 2016, p.91).

Os impactos da crise estrutural sobre a classe trabalhadora foram marcantes, o desemprego estrutural foi um deles. A reestruturação produtiva provocou também inúmeras alterações, adequando os trabalhadores, de forma direta e indireta, aos novos arranjos do capital, precarizando suas condições de trabalho e de reprodução social. Embora as determinações da crise estrutural sejam mais profundas, a resposta à crise via reestruturação produtiva não conseguiu atingir as suas principais causas, “isto porque o capital nunca, jamais, resolveu sequer a menor de suas contradições” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800). Nesse sentido, este período marca a economia capitalista pelo limite do movimento de recomposição do capital, pelo advento da produção flexível, pelo incentivo à informalidade, sem conseguir exercer o controle dos processos de precarização do trabalho. Até aqui foram abordados os principais determinantes da crise estrutural do capital e, como a crise e a reestruturação produtiva propiciaram o crescimento da informalidade do trabalho. Na continuidade da exposição, no próximo item, são explorados os elementos constitutivos da reestruturação produtiva e seus impactos para os trabalhadores.

3.3. Reestruturação produtiva, produção flexível, crescimento da informalidade

Conforme dito anteriormente, sabemos que a partir dos anos 1970 o sistema do capital iniciou uma crise de caráter estrutural e sistêmica que abalou seu sistema em escala global. Tal processo impõe gradativamente um movimento de reestruturação capitalista como uma estratégia econômica para recompor seu padrão de acumulação e de sua hegemonia política e social.

O capital, em crise estrutural, ensaia estratégias para recuperação de seu ciclo reprodutivo, estratégias essas que afetaram o mundo do trabalho. Entretanto, mesmo com sua complexidade, sua resposta à crise foi de forma superficial, ou seja, “procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar

os pilares essenciais do modo de produção capitalista” (ANTUNES, 2009, p. 38). Dentre as mudanças significativas no mundo do trabalho está o avanço do trabalho informal.

A fusão da gestão taylorista com o modelo fordista de produção expressou uma das formas mais avançadas da racionalização capitalista, com a rigidez do processo de trabalho que predomina no século XX, até o final da década de 1960. Nesse período, começa a desestruturar seu padrão produtivo de acumulação, “foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento” (ANTUNES, 2009, p. 39).

Gounet (1999) afirma que a nova forma de acumulação baseada nos métodos flexíveis foi sendo gestada nos anos de 1950 a 1970, na fábrica Toyota, no Japão. Esse novo modelo produtivo foi idealizado pelo engenheiro e criador da Toyota Taiichi Ohno e foi originalmente intitulada de toyotismo⁸ ou *ohnismo*. As empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto às americanas, sob pena de desaparecerem do mercado, a meta era superar os americanos em três anos, ou seria o fim da indústria automobilística no Japão. Suas principais características são: a produção passa a ser puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo. A demanda passa a determinar a produção, que requer um estoque mínimo; a fluidez da produção deve reduzir os desperdícios; o trabalho não é mais individualizado acarretando na flexibilização da organização do trabalho, o trabalhador deve ser polivalente e fundamentando-se do trabalho em equipe e operar várias máquinas e funções; a instalação dos princípios do *Kanban*, uma espécie de senha de comando que indica quando a produção necessita da reposição de peças quando ocorre um problema na esteira de montagem; a produção é diversificada e heterogênea e a terceirização na compra das peças em um raio de até 20km das fábricas.

Além destes aspectos que indicam as inovações na produção, Antunes (2009), acrescenta: o princípio do *just in time*, que possibilita melhor aproveitamento do tempo ao combater o tempo morto; a estrutura passa a ser horizontal, desenvolvendo uma relação de subcontratação com os fornecedores de autopeças. A fábrica passa a ser responsável por apenas 25% da produção, priorizando o que é central em sua especialidade no processo produtivo e transferindo a terceiros o restante da produção; expande-se esse processo de

⁸ Também conhecido por modelo japonês, produção flexível ou especialização flexível.

terceirização, de subcontratação de trabalhadores e avança nas propostas de gestão com o Controle de Qualidade Total (CQT), a “gerência participativa”, a organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e o Controle da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). A gerência incentiva os trabalhadores a discutirem sobre seu empenho no intuito de melhorar a produtividade, possibilitando, desse modo, com que o capital amplie os processos de apropriação da capacidade cognitiva e intelectual do trabalho. Segundo a autora, o processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho, contido no modelo toyotista:

Apesar da finalidade de ampliar os ganhos de produtividade em empresa e conter a crise do capital em evidência no mundo contemporâneo, esse modelo traduz uma série de técnicas no processo produtivo, uma nova gestão empresarial e novas relações de trabalho. A disseminação desse modelo no Japão e, posteriormente, no mundo ocidental, envolve não só os procedimentos técnicos relativos à produção e à gestão do trabalho, mas a assimilação das concepções de consenso, de pacto entre classes, que são cultivados pela cultura japonesa (SOUZA, 2012, p. 93).

Com o advento do modelo toyotista e sua rápida expansão para o mundo, o capital deflagrou um novo mecanismo de organização e controle da força de trabalho, marcando o que se denomina de reestruturação produtiva. Isso ocasiona a reconfiguração do espaço produtivo e das formas de gestão organizacional, provocando o advento de um “suposto” trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior realização no espaço do trabalho, que “[expressa] uma nova via de racionalização do trabalho” (SOUZA, 2012 p.94) em prol da valorização do capital.

A exploração intensa da força de trabalho torna-se ainda maior na reestruturação produtiva, pois abate os trabalhadores das fábricas, com a implantação do modelo flexível. Impõe-se uma dinâmica diferenciada na relação homem/máquina, pois a “equipe” passa a ser responsável pelo monitoramento e funcionamento das máquinas, os trabalhadores passam a assumir novas funções no processo de trabalho. Conforme citado anteriormente, a contratação de trabalhadores fixos é reduzida e os que se mantêm nas fábricas passam a fazer hora extra e as empresas ampliam a terceirização de outros serviços. Nesse contexto, a ação dos sindicatos torna-se um entrave para as empresas, pelo amparo que deveria dar à classe trabalhadora em função das inúmeras reivindicações trabalhistas. As empresas passam a investir na formação do sindicato empresa. A estratégia da empresa é manter um mínimo de trabalhadores fixos e conceder “benefícios materiais ou simbólicos, como o emprego vitalício, os salários por antiguidade, os programas de participação nos lucros, o sindicalismo de empresa, a

revalorização do saber operário” (SOUZA, 2012 p.93) e a criação de um novo sindicato totalmente vinculado às empresas, para maior controle sobre os trabalhadores.

O resultado foi positivo para as empresas, que além de liderarem o mercado automobilístico, conseguiram produzir um carro em menor tempo que as empresas americanas e europeias, diminuindo os gastos no processo de trabalho e aumentando a produção. Entre os dois modelos de produção “o toyotismo adapta-se melhor a uma economia em crescimento lento [...] às mudanças tecnológicas, que permitem maior flexibilidade e integração dos sistemas de produção” (GOUNET, 1999, p.32-33).

Para Gounet (1999), o objetivo principal das montadoras de automóveis é extrair o máximo possível de mais-valia relativa na produção de suas fábricas, inclusive de toda a cadeia que depende delas, sendo essa a base da acumulação e crescimento do referido setor. Todo esse ciclo de reestruturar a produção e acumular capitais aumentou a competição entre as grandes empresas, nesse sentido, as líderes passam a estabelecer a velocidade que as concorrentes precisam se adequar para não serem extintas do mercado. Além disso, não basta a extração de mais-valia, mas também outras formas das empresas manterem seu ciclo reprodutivo. As empresas passam a buscar fundos em organismos financeiros, a adquirir outras empresas e franquias, intensificando a produção com a implementação de máquinas mais modernas e reproduzir o sistema das empresas líderes. Há maior investimento em capital constante e em meios mais rentáveis a fim de obter mais lucro e aumentar a acumulação de capitais.

Há autores que afirmam que não houve a substituição de um modelo produtivo pelo outro – taylorismo/fordismo pelo toyotismo – mas sim estariam intensificando tendências existentes, que não configurariam, portanto, uma nova forma de organização do trabalho. E ainda, próximo a este enfoque crítico outros autores⁹ acentuam mais os elementos de continuidade do que os de descontinuidade do modelo anterior de produção e consumo, mas evidenciando o caráter essencialmente capitalista e de seus pilares fundamentais (ANTUNES, 2009).

De modo similar, Souza (2012) argumenta que a consolidação do modelo flexível de produção implicou a continuidade e a substituição de técnicas concernentes ao padrão taylorista/fordista, pois:

⁹ Sobre a discussão dos elementos de continuidade ver Souza (2009).

[...] o fordismo não foi superado para que as técnicas do modelo de gestão japonês fossem introduzidas; as duas formas convivem, em determinadas experiências, de forma complementar e, até mesmo desigual. Há, nesse sentido, contradições reveladoras de que a absorção de um novo modo de organização do trabalho não implica, necessariamente, negar as bases da produção que o antecede (SOUZA, 2012 p.92).

A fim de diminuir as consequências da crise e com a ascensão do novo modelo produtivo, há que se destacar outro aspecto agravado pela reestruturação produtiva: o capital passa a investir na intensificação do fenômeno da “obsolescência programada ou planejada” que promove a queda tendencial do valor de uso das mercadorias, ampliando a lógica da produção destrutiva do capital. Na produção flexível, segundo Mészáros (2002), o modo capitalista de produzir passa a encurtar o tempo de vida útil das mercadorias, para tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas na circulação que se acelera, e no seu desdobramento passa a inviabilizar práticas produtivas orientadas para a durabilidade e, assim, diminuir deliberadamente a qualidade das mercadorias. Para que a “obsolescência programada ou planejada” acontecesse foi necessário um investimento tecnológico significativo com a microeletrônica e a informática no processo de trabalho tão somente para acelerar a produção de mercadorias, propiciar rapidamente a sua reposição no mercado e garantir a composição orgânica do capital, atingida pela crise estrutural. Tal lógica, na atualidade, aciona a destruição da natureza, a produção e o consumo desnecessário de mercadorias, o avanço dos processos de alienação e a degradação da saúde do trabalhador.

Para Ricardo Antunes (2009), o padrão flexível de produção requer continuamente mudanças para responder a crise estrutural do capital:

[...] por isso, não pode se contrapor à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, mas deve adequar-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações e maquinarias e a própria força humana de trabalho [...] Um sistema de softwares torna-se obsoleto e desatualizado em tempo bastante reduzido, levando o consumidor à sua substituição, pois os novos sistemas não são compatíveis com os anteriores (ANTUNES, 2009, p.52-3).

Nesse novo padrão de produção e consumo também fica evidente que a lógica destrutiva do capital se estende também para o meio ambiente e recursos naturais, pois não há uma política de preservação do meio ambiente efetiva devido à própria incontrolabilidade do

capital. Assim, quanto menor a duração objetiva e subjetiva de uma determinada mercadoria, mais rápida outra será consumida, realizando o ciclo reprodutivo do capital.

O que aconteceu no setor automobilístico, se expandiu também para outros setores, como a eletrônica, a siderúrgica, a produção de máquinas, propagou-se para o setor industrial em geral e para o setor de serviços, tanto nas grandes potências, quanto nos países de capitalismo periférico. Gounet (1999) dirá que a indústria automobilística é um exemplo onde a lógica da acumulação reproduzida pelas empresas e com o apoio do Estado possibilitaria desenvolver o bem-estar coletivo, se se considerasse todo o desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, é claro que todo este avanço atende apenas a uma minoria de acionistas e diretores que se apropriam de todo o bônus da produção.

Fica evidente que o contexto de reestruturação produtiva do capital trouxe diversas repercussões imediatas para o mundo do trabalho e que permanecem presentes até os dias atuais, adquirindo formas mais complexas ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores. Conforme já citamos: a tendência à precarização e intensificação da exploração do trabalho; violação dos direitos trabalhistas e sociais, “que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços” (ANTUNES, 2009, p.55) e que amplia a desigualdade social; a desqualificação do trabalho; a expansão da informalidade e da terceirização “que se adaptam ao caráter flexível da atividade produtiva e à nova modalidade de gerenciamento” (SOUZA, 2012, p. 98); a contratação de trabalhadores temporários e o subemprego; o desemprego estrutural; a reorganização financeira e tecnológica, com a desterritorialização da produção. Conforme constata Souza (2012),

Isso demonstra, na atualidade, que as formas de trabalho (domiciliar, informal) convivem, contraditoriamente, com “novas” modalidades de trabalho – qualificado, multifuncional. Não há nenhuma incompatibilidade nesta relação desigual, pois, embora os processos de subcontratação e terceirização revelem uma incipiente e reduzida inovação tecnológica, articulam-se funcionalmente às formas avançadas de trabalho, ampliando consequentemente a extração do trabalho excedente e a exploração da força de trabalho (SOUZA, 2012, p. 99).

Sem saída, os trabalhadores se submetem a qualquer tipo de trabalho e as condições precárias de trabalho em prol da sobrevivência e de formas cada vez mais insustentáveis, ou pior “o trabalhador aceita as novas modificações gerenciais e é convencido de que detém domínio sobre o processo de trabalho. Eis, então, a alienação a que a força de trabalho se vê submetida” (SOUZA, 2012, p. 97). Com o avanço da reestruturação produtiva verifica-se

também a fragmentação dos trabalhadores e dificuldades para empreender uma organização coletiva de trabalhadores, porque ele passa a não se enxergar mais enquanto trabalhador, mas como patrão, empresário e microempresário, sócio, ou o trabalhador “flexível” que faz seu próprio horário e tem mais disponibilidade. Partimos do pressuposto de que é justamente neste contexto que a informalidade assume uma nova dimensão e se expressa de forma mais complexa, pois mantém uma relação de subordinação do trabalho ao capital.

Antunes (2009) chama atenção para o fato de que é com este leque de transformações que proliferaram diversas formas de trabalho, as várias formas de empresa enxuta, o empreendedorismo, as cooperativas de autogestão, dentre os mais diversos modos alternativos de trabalho precarizado. E a partir de então o capital incorpora expressões que estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como: controle operário e participação social, para dar outras configurações e se associando ao discurso dos trabalhadores, mas com uma concepção burguesa e que “se caracteriza pela ampliação de formas de contratação mais inseguras e desprovidas da proteção da legislação trabalhista” (PRONI; KREIN, 2010, p.23).

Pautado pela flexibilização da produção e das relações de trabalho, dentre as formas de trabalho e subcontratação, o trabalho informal é incorporado e expandido pelo capital enquanto estratégia para minimizar os efeitos da crise ao baratear os custos da formalidade, viabilizando a redução da produção e se ajustando às novas demandas do mercado de trabalho. Mediante a flexibilização, diminuem-se os postos de trabalho e enquanto alternativa provisória, os trabalhadores migram para a informalidade. Fica evidente que a relação dos trabalhadores submetidos ao trabalho informal é de extrema subordinação e dependência, “tanto pela regularidade da atividade quanto pela definição das atividades no tempo e no espaço, assim como pela forma de remuneração” (CHAHAD; CACCIAMALI, 2005 *apud* KREIN; PRONI, 2010, p. 31), não que não haja no trabalho formal, mas dada a complexidade da relação informal a exploração é mascarada pelo discurso da autonomia do trabalho e do empreendedorismo.

4. EXPANSÃO DA INFORMALIDADE E SEUS NEXOS COM O CAPITAL

Nesta seção, reflete-se sobre perspectivas teóricas de análise da informalidade e como o fenômeno se expande na contemporaneidade, no contexto da reestruturação produtiva. Teoricamente, são identificadas duas principais vertentes: a dualista e a não-dualista ou abordagem de subordinação. A segunda vertente é a mais apropriada à discussão da informalidade e, no decorrer deste capítulo, expõe-se os nexos da reprodução do capital com as relações de trabalho informais.

Na continuidade da exposição são apresentadas as principais expressões da informalidade no contexto brasileiro, principalmente a partir dos anos 1990. Referenciada nos dados dos principais institutos de pesquisa, como o IBGE, IPEA e OIT, analisa-se estatisticamente a evolução das taxas de informalidade, sua expansão na produção de bens e serviços e outras características relevantes do fenômeno. Por fim, expõe-se uma breve reflexão sobre o trabalho informal no contexto da pandemia Covid-19. Verifica-se, nesse contexto, que os primeiros meses da pandemia demonstraram dados importantes, os quais revelam que os impactos para os trabalhadores são mais devastadores.

4.1 “Setor Formal” versus “Setor Informal”

Para entender os nexos do fenômeno da informalidade com a relação capital se faz necessário, de início, desvelar o seu conceito e como se desenvolve na reestruturação produtiva dos anos 1980. Há uma problemática acerca do seu conceito que será problematizada aqui, segundo uma perspectiva crítica. A análise contemporânea acerca da informalidade precisa considerar duas principais vertentes teóricas: a dualista e a não dualista. A perspectiva dualista, defendida pelos liberais, afirma que o “setor formal” x “setor informal¹⁰” são setores independentes, legitimada pelo Estado e pelos organismos financeiros internacionais¹¹ como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e também pela Organização Internacional do trabalho (OIT). Segundo Cacciamali (1982), essa

¹⁰ “A concepção oitiana introduz a tipologia formal-informal, enfatizando o problema dos trabalhadores submetidos a um nível de renda insuficiente à satisfação de suas necessidades” (TAVARES, 2004, p. 30).

¹¹ “Na medida em que a preocupação dos organismos financeiros internacionais reside na proposição de intervenções políticas para tornar menos visível o quadro de pobreza, agravado pelos ajustes estruturais, que a história já demonstrou ser inseparável do capitalismo” (TAVARES, 2004, p. 28).

perspectiva destaca-se como pioneira nas interpretações acerca da informalidade, nos marcos do Programa Mundial de Emprego, em 1972, no Quênia.

A segunda, a perspectiva não dual ou abordagem de subordinação “questiona a concepção dualista, concebendo que o desenvolvimento leva à preponderância do setor formal. Ao qual o setor informal é subordinado” (TAVARES, 1997, n.p). Tavares (1997) argumenta que as considerações de Francisco de Oliveira (1972), legatárias dessa perspectiva, rompe com a teoria do subdesenvolvimento – sustentada pelas formulações da OIT –, pois entende que a economia é subdividida em moderna e atrasada.

É a partir dos anos de 1970 que o debate acerca da informalidade avança, destacando-se a ideia de “setor formal” *versus* “setor informal”, expresso no Relatório da Missão do Quênia¹², realizado por pesquisadores da OIT que, “entre outros objetivos, visava propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável-chave a criação de empregos, ao invés do crescimento rápido do produto” (CACCIAMALI, 1982, p.15).

Conforme expõe Alves (2001), a perspectiva dualista defende que o “setor informal” não integra uma atividade capitalista, mas que está subordinada ao “setor formal”. Nesse sentido, a OIT classifica o trabalho informal como uma atividade de estrita sobrevivência e associado à pobreza, enquanto consequência do atraso tecnológico e organizacional do Quênia e típico de outros países de capitalismo periférico.

Até os anos de 1970 as atividades produtivas eram entendidas com base na perspectiva de análise dualista. Assim, a perspectiva oriunda da OIT é equivocada ao interpretar o “setor informal” como uma simples consequência de um país atrasado, afirma-se que o “setor formal” está no âmbito moderno da economia e o “setor informal” está no âmbito social por ser uma atividade de subsistência. Neste enfoque dual, a partir do argumento da OIT a saída seria atribuída ao rápido desenvolvimento do Quênia e dos outros países em desenvolvimento, assim basta investir em políticas de emprego e renda que o atraso existente entre os países seria superado¹³. E foi exatamente o que ocorreu. O Estado mediante o apoio nacional e

¹² Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genebra, OIT, 1972.

¹³ “O projeto desenvolvimentista estava ainda em evidência e a existência de atividades informais, de um setor informal, era percebida como um subproduto das rápidas e violentas transformações por que passavam as nações em via de desenvolvimento. Algo que seria automaticamente extinto quando se atingisse o status de país desenvolvido. Visto dessa forma, o desenvolvimento era um fim e o setor informal algo que desapareceria no longo prazo, uma anomalia passageira. Essa era a perspectiva posta e na qual se inscrevia a ação governamental em direção ao setor informal nos anos 70.” (THEODORO, 2000, p.10-11).

internacional dos bancos passou a investir pesado no “setor informal” a partir de políticas desenvolvimentistas.

São exemplos importantes desta perspectiva o Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC), que realizou diversos estudos sobre a situação econômica dos países latino-americanos; e a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), autarquia que financiou atividades informais em diversas cidades dos Estados do Nordeste brasileiro (SILVA, 2015, p. 284).

E, mesmo assim, o suposto atraso não foi superado e nem o “setor informal” foi extinto. Se, inicialmente, a expansão das atividades informais estava associada aos países de pouco crescimento econômico e de capitalismo periférico, na contemporaneidade, ela se expande para as grandes potências mundiais e seu crescimento a nível global supera o mercado formal de trabalho, contradizendo o argumento principal da OIT. É com a perspectiva de análise dualista que a informalidade passou a ser estimulada, por meio de incentivo dos bancos ao Estado e que “fortalecem justificativas para a ação intervencionista do Estado por meio de políticas específicas para o mercado informal” (SILVA, 2015, p. 284). Salientamos também o caráter produtivo e eficiente que o referido setor passa a protagonizar, então o mercado informal passa a ser “organizado em empresas muito pequenas com características que se contrapõem ao setor formal” (TAVARES, 1997, n.p). A autora vai além ao explicitar a relação funcional entre ambos os setores e como essa funcionalidade dá subsídios à dualidade. Segundo Tavares (1997),

Tais relações seriam determinadas pelas características do setor informal, um segmento autônomo, de fácil entrada, com potencialidade de desenvolvimento e com capacidade de produzir bens e serviços a preços mais baixos, o que lhe permite influenciar, portanto, a redução do custo da reprodução da força de trabalho do setor formal (TAVARES, 1997, n.p).

Por essa razão, o “setor informal” favorece o “setor formal”. Além de demonstrar uma integração entre os setores, o “setor informal” propicia a redução do valor da força de trabalho, visto que ele possibilita obter lucros maiores para o capital, já que diminui os gastos do processo de trabalho, utilizando recursos locais, produções organizadas no meio familiar, tem pequena escala de operação, usa mão-de-obra intensivamente e tecnologia adaptada; a qualificação da mão-de-obra dos ocupados é obtida fora do sistema escolar “formal”, logo os custos da informalidade são bem mais baixos (TAVARES, 1997). O Relatório do Quênia passou a definir o “setor informal” a partir dessas características e, também, pela concorrência entre os mercados e pela sua desregulamentação por meio do Estado. Entretanto, Tavares

(2004) questiona a inexistência de um marco conceitual e de uma melhor definição, porque nem todas as atividades informais irão englobar todas essas características simultaneamente.

A definição mais apropriada seria a de que trabalhadores que possuem meios de trabalho ou não, que contratam/terceirizam mão-de-obra ou não, que possuem espaço físico para realização das atividades ou fazem no próprio domicílio, ou melhor,

[...] um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores (CARVALHO *apud* TAVARES, 2004, p. 32).

Essa definição foi a mais adequada, porque posteriormente a informalidade tomou dimensões e expressões mais complexas¹⁴. A crítica aqui não é apenas por uma melhor definição, mas pela “interpretação utilitarista que se tem dado ao fenômeno” (TAVARES, 2004, p.32) e de como a visão dualista foi muito bem aceita e difundida, o objetivo é desvelar o que está por trás do “setor informal” e o viés liberal da dualidade entre os setores que o impõe como atividade produtiva independente.

Tratar o “setor informal” como ação complementar às políticas de assistência é excluir o trabalho informal do processo de reprodução do capital, pois assim, ele não cria riqueza, nem participa das relações sociais pelas quais os homens se organizam para se reproduzirem material e espiritualmente (TAVARES, 2004, p. 28).

Como a autora mesmo afirma não há sustentação teórica para a perspectiva dualista. O estímulo à informalidade aumentou os índices de ocupação e renda sendo benéfica aos Estados, porque além de diminuir (supostamente) as taxas de desemprego ao manter a população ocupada, há um estímulo maior no âmbito econômico “como fonte de emprego a baixo custo, desde que amparados por políticas governamentais” (TAVARES, 2004, p.32). Isso demonstra que os custos da formalidade são maiores em relação ao informal. Daí mais um elemento que expõe sua funcionalidade e articulação ao processo de acumulação do capital e não como um “setor” oposto, desintegrado do formal e fora do sistema econômico. Por isto, o trabalho informal se expandiu após os anos 1970 e, a tendência é de que cresça cada vez mais.

¹⁴ As expressões contemporâneas da informalidade são discutidas no item 4.2. desta seção.

Não importa, portanto, com quais atividades os indivíduos que se encontram na margem do mundo do trabalho se ocupem, desde que seja possível a obtenção de uma remuneração para a satisfação das suas necessidades básicas, mesmo que essas ocupações sejam precárias, instáveis ou ocasionais (SILVA, 2015, p. 284).

É, nesse sentido, que a OIT define o “setor informal” como atividade autônoma e de estrita sobrevivência e não como integradas à produção, principalmente nas pequenas produções, visto que elas “atuam em mercados ‘permitidos’ pelo capital, suas relações com a produção capitalista devem ser examinadas privilegiando-se” (SOUZA; ARAUJO *apud* TAVARES, 1997, n.p). Por isso, é problemático, equivocado tratar os setores como opostos e como uma esfera produtiva independente e margem do núcleo central da produção capitalista, já que elas funcionalmente se articulam. Se o trabalho informal não fosse um meio rentável ao capital, já teria sido extinto e não estimulada a sua expansão, conforme verificado desde sua gênese.

A industrialização ao invés de superar o “atraso”, como argumentavam os pesquisadores da OIT, passa a conviver com formas arcaicas de trabalho, que têm sua gênese na grande indústria moderna do século XVIII. Conviver com modernidade e “atraso” é aceitável, porque deixa de ser um ônus para as economias atrasadas e passa a ser funcional a sua reprodução, acentada teoricamente na visão dualista que postula “uma modernização econômica marcada pela reprodução de formas precárias de inserção produtiva” (TAVARES, 1997, n.p). Formas precárias que são justificadas pela retração das ocupações no “setor formal”, que passam a se nutrir da informalidade. A partir desse argumento, o “setor informal” deveria ter dimensão elástica para conseguir absorver a mão de obra excedente não absorvida pelo “setor formal”.

Conforme Tavares (1997), a facilidade de entrada no “setor informal” é justificada como atividades que não exige qualificação profissional específica, diferente do setor formal, em que há necessidade de domínio de instrumentos e experiências profissionais. Assim, os indivíduos que não possuem habilidade técnica específica se inserem na informalidade e se vinculam em atividades precárias, com baixos níveis de renda para os que nelas se inserem. E dada a sua heterogeneidade, há alguns casos em que se consegue obter uma renda satisfatória, entretanto não representa a maioria dos trabalhadores que estão na informalidade.

Convém salientar que, mesmo os trabalhadores informais que conseguem um rendimento maior e podem empregar outros trabalhadores numa dada atividade, não anula a

sua condição de subordinação ao capital, pois sua posição nunca será de capitalista. Sobre esta nova condição de empregador, Tavares (2004) afirma que “o que lhe permite oferecer ocupações a outras pessoas, fazendo dele um empregador, não faz necessariamente daqueles meios capital, nem do sujeito um capitalista. Ele é apenas um pequeno patrão” (TAVARES, 2004, p. 32).

A facilidade de acesso de trabalhadores ao setor informal, em geral, é em ocupação precária e, mesmo com a desregulamentação do trabalho, “por mais precária, instável e ocasional que ela seja” (TAVARES, 1997, n.p) são compreendidas como emprego/ocupação. Com isso, as altas taxas de desemprego passam a ser diluídas com as evidências dessas ocupações precárias de trabalho, caracterizadas nas diversas formas de informalidade¹⁵.

A perspectiva de análise dual também é tendencialmente usada para legitimar a expansão e subordinação do setor informal, porque se torna uma alternativa provisória de trabalho para os que não conseguem se inserir na formalidade. E também, é uma perspectiva que “reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas” (OLIVEIRA, 1972, p. 11). É por isso que o dualismo da OIT se demonstra insuficiente para fundamentar e explicar o fenômeno da informalidade.

A perspectiva não dual ou abordagem de subordinação, como o próprio nome sugere, é oposta à perspectiva dualista. Se a visão dualista defende a economia em “formal” *versus* “informal” e como uma atividade a margem do núcleo central da produção capitalista, a abordagem não dual defende que o “setor informal” é “uma forma de produção subordinada e intersticial [...] uma concepção que sublinha o caráter integrado da acumulação capitalista, que rompe com a visão dual”. (TAVARES, 1997, n.p). Por isso, a perspectiva dualista é imprecisa ao afirmar que o desenvolvimento do capitalismo e as políticas de emprego e renda eliminariam o setor informal e as pequenas produções, daí a necessidade de apreender os fundamentos originários da informalidade. Segundo destaca Tavares (1997), o setor informal não se origina simplesmente do excedente de mão de obra do setor formal, mas da lógica inerente da acumulação capitalista.

Para Francisco de Oliveira (1972) deve haver uma ruptura total com a ideia de “modo de produção subdesenvolvido”, pois a ideia de atrasado e moderno não se sustenta como singularidade, porque está presente em quase todos os modos de produção existentes até hoje. Segundo o autor,

¹⁵ Ver (BEZERRA, 2016).

De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. [...] Sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo (1987, p.12).

Daí mais uma demonstração de equívoco da visão dualista, por tratar ambos os setores como opostos, porque além deles não serem, um se nutre do outro e o setor informal está distante de ser exclusivo de países “subdesenvolvidos” e desintegrado do núcleo central da produção, ele, ao contrário, é uma formação típica do sistema capitalista, “não é simplesmente o fato de que [...] os dois setores estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”. (OLIVEIRA, 1987, p.25).

Outro fator relevante é o movimento de criação, destruição e recriação dos espaços econômicos, que mediante a essas mudanças faz com que os trabalhadores passem a buscar “novas” alternativas de sobrevivência. Segundo Tavares (1997) isso significa que,

Difícilmente ela encontrará esse meio no setor formal; em geral, falta-lhe condição para mudar de atividade, só lhe restando a alternativa de recriar sua ocupação anterior em outro lugar ou, o que é pior, engrossar a massa dos desempregados que lutam para ser reabsorvidos pelo mercado de trabalho. Isso nos permite afirmar que o processo de acumulação capitalista determina a questão do emprego na sua totalidade (TAVARES, 1997, n.p).

Aqui a divergência principal com a visão dualista. A abordagem de subordinação entende que além de integrada, ela é subordinada à produção de mercadorias. A desintegração só ocorrerá “quando os espaços econômicos que ocupam passam a ser rentáveis para o capital” (CARVALHO *apud* TAVARES, 1997, n.p). Com isso, pode-se afirmar a integração entre ambos os setores, o que não interessa ao formal e/ou o que ele não consegue absorver de mão de obra fica de sobra para o informal, que se nutre das atividades que não apresentam lucros e nem possibilidades de ascensão.

Portanto, convém afirmar a necessidade de superação da dualidade entre setores da economia e fazer a defesa da perspectiva de análise não dual, como a única vertente teórica que explica e supera a insuficiência da dualidade ao abordar o fenômeno da informalidade, esta é uma perspectiva crítica de análise. Tratar o setor informal ou a informalidade como uma atividade independente e desintegrada do núcleo central da produção capitalista é problemática, pois a mesma não está a margem da reprodução do sistema do capital, mas integrada de forma subordinada ao processo de acumulação. Com isso, aprende-se que a

perspectiva de análise não dual explica o fenômeno da informalidade, objeto de nosso estudo, quando demonstra a integração subordinada do setor informal/ da informalidade ao núcleo central da produção capitalista e, que a informalidade vem crescendo massivamente, com o avanço da crise estrutural do capital desde 1970, tanto nos países periféricos quanto nos países centrais, ainda que mantenham algumas diferenças.

4.2 Expressões contemporâneas da informalidade

A partir das metamorfoses oriundas da reestruturação produtiva, conforme explicitado na seção anterior, a informalidade assume uma nova dimensão e se expande mediante os processos de terceirização¹⁶ da produção de bens e serviços, pois se articula funcionalmente com o movimento do capital e do mercado de trabalho flexível. Com isso, tivemos um processo de expansão da informalidade e intensificação da precarização e exploração do trabalho e este processo tende a se acentuar ainda mais. Portanto, iremos expor as principais expressões contemporâneas da informalidade e sua relação com a produção capitalista. Partimos das categorias de trabalho abstrato evidenciadas por Marx (1987) para analisar o trabalho informal que é articulado – diretamente ou não – com o capital.

Em seus escritos, Marx (1978) trata das categorias: trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Para o autor, se configura como produtivo, o trabalho que produz uma mercadoria e que produz mais-valia, participando do processo de valorização do capital.

[...] trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz, somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que em sua condição de atividades geradora de valor valoriza o capital; e opõe ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de capital (MARX, 1978, p. 75).

O autor traz exemplos de trabalho que não produzem mercadoria, mas que produzem mais-valia e que fazem parte do trabalho produtivo, como os docentes do ensino privado e “muitos exemplos podem ser dados, inclusive os dos profissionais da saúde que trabalham nos planos de saúde e hospitais privados” (LESSA, 2008, n/p).

¹⁶ A terceirização, independente da nomenclatura, constitui um fenômeno mundial que se desenvolve em várias práticas laborais, na indústria e nos serviços, e nos setores público ou privado [...] no contexto contemporâneo, a terceirização assume novas características, em consequência do avanço da reestruturação produtiva, que permite viabilizar o processo de descentralização das atividades em determinada empresa ou indústria, assumindo várias formas (DUARTE, 2019, p.85-86).

Nesse sentido, é o que Lessa (2008) chama de trabalho produtivo não-proletário, pois este gera mais-valia por meio da riqueza já existente e o proletário é o que produz o capital/riqueza. Ambas as categorias – produtiva e improdutiva – são subcategorias do trabalho abstrato, logo são expressões de trabalho exploradas e imanentes à reprodução do capital.

Ao contrário do trabalho produtivo que gera riqueza, no qual troca-se trabalho por capital, o trabalho improdutivo, conforme Tavares (2004), não gera mais-valia e não produz mercadoria, ele está no âmbito da realização do valor, a troca é feita de dinheiro por dinheiro. O trabalho improdutivo está presente na esfera da circulação do capital, a exemplo das atividades desenvolvidas como os trabalhadores por conta-própria, trabalhadores domésticos, biscates, cooperativas de serviços e afins.

A partir da apreensão dessas categorias, verifica-se que com o avanço das expressões das atividades precárias, constitutivas do universo da informalidade na atualidade, “em oposição à afirmação do *fim do trabalho*, podemos constatar uma expressiva precarização e informalidade do trabalho, que ocorre nas formas de trabalho parcial, subcontratado e precarizado” (ANTUNES, 2011, p.1). Apesar de muitos trabalhadores se intitularem autônomos e à margem do núcleo central da produção, a diversidade das formas do trabalho abstrato é funcional à reprodução do sistema do capital em crise.

Os rumos do capitalismo contemporâneo marcam o contexto brasileiro dos anos 1990 e com as várias formas de contratação/relação trabalhista, seja por meio da terceirização, da pejetização¹⁷ (pessoa jurídica), subcontratos e afins que diversas modalidades de trabalho se manifestam.

Identificam-se inúmeras modalidades de trabalho informal listadas pelas estatísticas oficiais¹⁸: o trabalhador autônomo/liberal que pode ter uma relação de terceirização ou não; o trabalhador doméstico/domiciliário que pode realizar atividades de limpeza e organização, pequenas produções dentro do domicílio ou nos serviços – enquadra-se também o home office e os trabalhadores do marketing digital; os vendedores diversos, seja de cosméticos (Natura, Avon, Hínode e afins), alimentos e bebidas, produtos tecnológicos, roupas e artigos diversos;

¹⁷ “é considerada como um contrato comercial, em que o contratado paga em torno de 16,8% de impostos e contribuições de sua empresa e nada mais. A contratante fica dispensada do pagamento das contribuições que incidem sobre a folha de pagamento. Além disso, o trabalhador paga os tributos como pessoa física a partir do pró-labore retirado da empresa” (PRONI e KREIN, 2010, p.26).

¹⁸ Como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística/IBGE, por exemplo.

o fenômeno da “uberização”¹⁹, em que os trabalhadores utilizam plataformas digitais disponibilizadas por empresas-aplicativos, os principais segmentos são entrega de alimentos e transporte. Em suma, algumas das mais diversas e principais atividades que marcam o contexto brasileiro.

Convém salientar que os trabalhadores utilizam seus próprios recursos para realização do trabalho. No trabalho domiciliar, por exemplo, os trabalhadores utilizam seus próprios domicílios e tem custos como energia, internet, água, limpeza e higiene, os quais, em geral, ficam para o trabalhador. Os vendedores de diversas mercadorias têm custos com vestimenta, sapatos, transporte, alimentação e outros custos auxiliares na realização das atividades. Os trabalhadores de aplicativos têm custos altos com o meio de trabalho – o automóvel – como gasolina, manutenção, seguro – sejam proprietários ou locatário dos veículos. Os trabalhadores informais assumem inúmeras responsabilidades para realização das atividades, dentre os custos adicionais destacam-se aqueles com alimentação e transporte.

[...] Algumas dessas expressões são muito antigas, mas aparecem com uma nova roupagem nos anos recentes. Em geral, esses termos significam uma alternativa às implicações da relação de emprego padrão – com os seus consequentes direitos trabalhistas e previdenciários –, na perspectiva de reduzir os custos e/ou aumentar a liberdade do empregador na arregimentação e dispensa dos trabalhadores. (PRONI; KREIN, 2010, p. 29)

Verifica-se, portanto, que essas expressões do trabalho informal são relações de subordinação e precarização do trabalho que ganham destaque no Brasil a partir de 1980. A informalidade aumenta, principalmente, nos momentos de crise e recessão econômica e tem leve retração nos períodos de recuperação. O movimento de expansão da informalidade já superava as taxas do mercado formal de trabalho no início dos anos 1990. Em outras palavras,

Isto é, ele tende a subir nos períodos de crise, tanto no início dos anos 80 como no início dos 90, e a cair suavemente quando da recuperação dos anos 80 (1984/89). [...] Além dos assalariados sem registro em carteira e dos trabalhadores autônomos, os trabalhadores não-remunerados também pertencem ao conjunto de relações consideradas atípicas ou informais de trabalho, tendo em perspectiva um mercado de trabalho organizado em moldes capitalistas. Juntas, estas três categorias ocupacionais representavam em 1998 quase 60% da ocupação total, contra apenas 32% dos trabalhadores assalariados com carteira (CARDOSO; FERNANDES, 2000, p. 43).

¹⁹ Ver Antunes (2020) “Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0”.

Conforme os autores, note-se que mesmo nos momentos de pequenas quedas nos índices, as taxas de informalidade, de modo geral, crescem continuamente. Após atingir os 60% de ocupação total, só houve queda em 1992 e foi de apenas 1% e as taxas do mercado formal não ultrapassaram 40% entre os anos 1981 a 1999. Entre os anos 1995 a 1998 houve estabilização e crescimento econômico e a tão esperada diminuição das taxas de informalidade não ocorreu. Conforme os autores,

[...] Isso [acontece] porque, enquanto o emprego do núcleo estruturado do mercado de trabalho havia crescido 11,8% entre 1986 e 1989 (ou 2,9% a.a.), o mesmo apenas se expandiu 1,5% entre 1995 e 1998 [...] já o emprego sem carteira assinada cresceu 3,6% entre 1995 e 1998, contra uma expansão de 1,5% entre 1986 e 1989, ambos os subperíodos tendo apresentado praticamente a mesma taxa de crescimento real do PIB (CARDOSO; FERNANDES, 2000, p. 46).

Os pesquisadores do IPEA²⁰ Cardoso e Fernandes (2000) analisaram a expansão da informalidade no assim chamado “núcleo pouco estruturado” nos setores de produção industrial e no setor de serviços. Nos anos de 1981 a 1990, a população ocupada na produção representava 38,55% e nos serviços 44,54%. E na década seguinte, de 1992 a 1998, houve crescimento. Na produção passou para 44,20% e nos serviços 50,46%.

De acordo com Ramos (2002), o percentual dos trabalhadores informais nas regiões metropolitanas do Brasil passou de 40% para 47% entre os anos de 1991 a 1996. Entre os anos 1990 e 2000 a informalidade marcou principalmente o setor de serviços, mantendo-se em quase 60%. O setor produtivo industrial apesar de menor taxa, passou de 16% em 1991, para 30% em 1999. Entre 1991 a 2001 o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 51%, demonstrando que neste período a informalidade cresceu continuamente e tende a aumentar significativamente.

Observa-se que, entre os anos de 1991 a 2001, a produção industrial teve uma queda de 22% no primeiro ano para 16% e o setor de serviços teve crescimento exponencial de 36% para 42%. O declínio da produção industrial deve-se principalmente a abertura de empresas internacionais no âmbito da produção no Brasil. Segundo salienta Ramos (2002),

[...] enquanto a indústria contrata majoritariamente através do assalariamento com carteira assinada — em torno de 70% dos vínculos trabalhistas na indústria eram dessa natureza em 2001 — o oposto acontece com o segmento de serviços, em que o grau de informalidade era próximo de 60% nesse mesmo ano. (RAMOS, 2002, p.4)

²⁰ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Apreende-se, nesse contexto de retração do setor produtivo no Brasil, que a informalidade se expandiu entre 1999 a 2001. A tendência de expansão das relações informais, apesar das retrações econômicas e diminuição da produção industrial, se confirma a partir dos dados, pois, “apesar de ter um grau de informalidade bem menor do que o setor de serviços, [essa atividade] experimentou elevações ao longo do período, passando do patamar de 16% em 1991 para o de 30% de 1999 para cá” (RAMOS, 2002, p.4). Assim, como salienta o autor, “a ocupação na indústria diminuiu de 3,35 milhões de trabalhadores em 1991 para 2,77 milhões em 2001; já o número de postos de trabalho com vínculo informal subiu de 0,55 milhão para 0,82 milhão no mesmo intervalo de tempo” (RAMOS, 2002, p.7).

Nesse sentido, é evidente o crescimento do trabalho informal no Brasil, seja na produção ou nos serviços nos anos de 1990 e 2000. Esse crescimento, também pode ser observado nas décadas seguintes em outros países e regiões, inclusive em países de “primeiro mundo”, mas esses dados não serão abordados aqui. Conforme visto, apesar das retrações econômicas, o crescimento da informalidade foi contínuo e é justamente, nesse contexto de instabilidade e incerteza, que as mais diversas formas de trabalho se proliferam. A seguir, demonstra-se a tabela utilizada por Ramos (2002) com os dados oficiais do IBGE, para uma melhor visualização do crescimento do fenômeno abordado neste TCC.

TABELA A1
Evolução do Grau de Informalidade no Mercado de Trabalho Metropolitano
— 1991-2001

Mês	Ano										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	39,74	41,01	43,58	44,83	45,56	47,10	48,24	48,06	49,29	50,25	49,95
Fevereiro	40,05	41,85	43,46	44,94	45,31	46,56	47,38	48,02	49,85	50,55	49,47
Março	40,63	42,17	43,83	44,78	45,29	46,57	47,69	48,25	49,92	51,16	49,96
Abril	40,70	42,94	43,94	44,88	45,33	47,19	48,02	48,34	49,72	51,53	49,67
Mai	41,73	43,24	44,15	44,87	45,65	47,54	47,94	48,28	49,47	51,23	50,09
Junho	41,56		43,72	44,85	45,39	47,81	47,63	48,05	49,93	50,88	49,81
Julho	41,22		43,35	45,08	45,46	48,20	47,87	48,33	49,85	50,81	49,61
Agosto	41,26	43,09	43,87	45,82	46,45	48,01	47,48	49,06	49,68	51,25	50,03
Setembro	41,00	43,46	43,77	46,07	46,35	47,99	48,08	48,84	49,99	51,05	49,98
Outubro	40,86	44,01	43,83	45,93	46,62	47,98	48,55	49,35	50,29	50,86	50,38
Novembro	41,12	44,66	45,00	46,92	47,47	48,12	48,82	49,18	50,49	50,51	50,89
Dezembro	41,02	44,43	44,69	45,75	47,53	47,68	49,22	49,25	50,56	50,35	50,17
Média	40,91	43,09	43,93	45,39	46,03	47,56	48,08	48,59	49,92	50,87	50,00

Fonte: PME/IBGE.

Observa-se, conforme a tabela acima, que entre janeiro de 1991 a dezembro de 2001 as taxas do trabalho informal nas metrópoles do Brasil foram de 39,74% para 50,17%, demonstrando sua contínua expansão. Em pesquisa realizada, em 2015, em parceria OIT e IPEA analisou-se a inserção dos jovens brasileiros na informalidade entre os anos de 2001 a 2013. Conforme o Estatuto da Juventude, entende-se por jovens o grupo etário de 15 a 29 anos. Conforme o documento elaborado pelos pesquisadores da OIT e IPEA (2015), geralmente o enfoque das políticas públicas para este grupo subdivide-se entre as faixas etárias: 15 a 17 anos, 18 a 24 e 25 a 29 anos. Uma ressalva aos jovens de 18 a 19 anos por ser um grupo “peculiar” por três principais motivos: é a fase da transição para a maioridade penal; geralmente é nessa idade em que os jovens concluem o ensino médio; também considerada a fase profissional em que, geralmente, ingressam no ensino superior ou no mercado de trabalho. Assim,

O grupo etário de 18 a 19 anos, como vimos, é peculiar. Ele funciona como um portal de entrada no mercado formal de trabalho, pois, nesta idade, o indivíduo já tem plena capacidade legal de assumir um trabalho formalizado, tal qual um adulto. Estes jovens, no entanto, mostram alto grau de informalidade, o que indica uma dificuldade de inserção no primeiro emprego. Apresenta-se assim uma questão que demanda mais esforços por parte das políticas públicas, para que eles melhorem o começo de suas vidas laborais (OIT; IPEA, 2015, p.14).

O problema do aumento dos dados da informalidade na população jovem revela a condição de desigualdade econômica e social no Brasil, quanto o esforço exíguo do Estado para diminuir as taxas da informalidade, mas seguimos com os dados. Apesar de ter pessoas com nível superior, até mesmo com doutorado, inseridos na informalidade e em atividades precárias, o grau de escolaridade reflete uma das dimensões importantes acerca daqueles trabalhadores que estão no trabalho informal, pois, “existe uma clara correlação entre o trabalho informal e a escolaridade. Indivíduos mais escolarizados têm menor propensão à informalidade” (OIT e IPEA, 2015, p.14). Os que possuem ensino fundamental incompleto são ainda mais propensos à informalidade,

Neste grupo, 64,3% trabalhavam de maneira informal em 2013, o que significa uma redução de 11,6% em comparação ao valor de 2001. Para os jovens com 8 a 10 anos de estudo, a taxa de informalidade também foi de queda. O grupo com ensino médio completo, por sua vez, além de possuir o menor percentual de trabalhadores informais, 26,6% em 2013, apresentou também uma diminuição de 18,9% da taxa de informalidade, a mais acentuada do período em análise (OIT; IPEA, 2015, p.14).

Apesar da diminuição das taxas entre 2001 e 2013 com relação à escolaridade, os dados ainda são alarmantes entre os jovens que estão na informalidade. Conforme o documento, OIT e IPEA (2015), em 2001 os jovens com ensino fundamental incompleto representavam 72,82%, os com ensino médio incompleto 53,60% e os com ensino médio completo 32,77%. Em 2013, houve uma redução. Os jovens com ensino fundamental incompleto passaram a representar 64,34%, os com ensino médio incompleto 48,91% e os com ensino médio completo 26,56%.

Em 2001, a jornada de trabalho de 48,66% desses jovens excedia 30 horas semanais, sendo que 80,92% estão entre o grupo etário de 15 a 17 anos. Sobre a questão de gênero, entre 2001 e 2013, não houve destaque, a relação entre os jovens homens e mulheres que estão na informalidade são muito próximas. Quanto a questão étnico-racial, convém precisar que os jovens brancos têm menos inserção na informalidade do que o grupo de negros, pardos e indígenas. Este grupo representa 64% dos informais jovens independentes da faixa etária (OIT e IPEA, 2015). Pode-se observar que há uma predominância racial entre os jovens que estão na informalidade. As informações sobre a situação dos domicílios dos jovens – se urbana ou rural – mostra que a maioria ainda se concentra nas áreas urbanas, conforme podemos ver a seguir.

os jovens rurais tinham uma taxa de informalidade menor do que seus congêneres da zona urbana. Suas taxas permaneceram praticamente inalteradas em 2013, sofrendo apenas um pequeno aumento, de 34,8%, em 2001, para 36,3%, em 2013. Já a informalidade entre os jovens urbanos caiu fortemente de 49,0% para 32,2%, no mesmo período (OIT; IPEA, 2015, p.19-20).

Nesse sentido, houve um aumento dos jovens no âmbito rural, que é justificado pelo fato “de que maior parte deles passou a exercer atividades não agrícolas, na categoria de trabalho sem carteira assinada. Isso pode decorrer do forte incremento que essas atividades tiveram no período” (OIT; IPEA, 2015, p.20).

Os dados da PNAD de 2013 mostram que 63% dos jovens brasileiros estão inseridos no mundo do trabalho. Entre a população na faixa etária de 18 a 24 anos, cerca de 70% integram a População Economicamente Ativa (PEA) e, entre os jovens de 25 a 29 anos, essa proporção alcança 80%, e, entre as principais características deste grupo predominam: não possuem carteira assinada, alta rotatividade no emprego, elevada taxa de informalidade, jornada de trabalho superior a 44 horas semanais e baixa remuneração. (OIT; IPEA, 2015).

Em uma pesquisa feita por Navaro e Prazeres (2011) com trabalhadoras da indústria de calçados em Franca/SP, a fim de identificar a relação entre as condições de trabalho e os problemas de saúde, observou-se a intensificação e precarização do trabalho acentuada com as trabalhadoras que desenvolviam atividades em seus domicílios.

ao transferirem o trabalho para fora de seus muros, também transferem eficientemente seus problemas, ou seja, desresponsabilizam-se de todo e qualquer direito social e transferem para a trabalhadora a incumbência e a responsabilidade de zelar pelas próprias condições de higiene e segurança do trabalho e dos que com ela vivem e trabalham. Tal modalidade de trabalho pune também a trabalhadora à medida que sobre ela recaem os efeitos da flutuação do mercado, pois a necessidade desse tipo de trabalho pelas empresas é marcada pela sazonalidade. Além disso, o trabalho no domicílio também cria ou favorece condições para a exploração do trabalho de crianças, ainda que sob o pretexto de "ajuda" às suas mães (NAVARRO; PRAZERES, 2011, n/p).

Em longo prazo, o que se pode observar, conforme o estudo e os dados realizados pela OIT e IPEA (2015), é que os trabalhadores informais ficam desprotegidos pelo sistema de previdência social, e, não apenas da aposentadoria, mas de outros benefícios previdenciários como auxílio-doença, auxílio-acidente, licença maternidade. Os dados da PNAD/ 2013 demonstram que 82,3% dos trabalhadores por conta-própria (15 a 65 anos) não têm número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e não possuem cobertura direta da previdência social. Entre os jovens a porcentagem é ainda mais alarmante, chega a 92%.

A suposta autonomia dada aos trabalhadores é mínima e quem rege essa “autonomia” é o mercado que contrata o seu serviço ou que consome o seu produto, o que ocorre é uma maior subordinação, precarização do trabalho e incertezas para o trabalhador informal, assim “o seu trabalho passa a ser ditado por quem o contrata, tornando-se um trabalhador por conta alheia. O autônomo é, nesse caso, “proletarizado”, ao ficar subordinado, mesmo sendo dono do seu instrumento do trabalho ou sendo um profissional especializado que não está contratado como assalariado” (PRONI; KREIN, 2010, p. 32). Há ausência de direitos trabalhistas regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas/ CLT como: o Fundo de garantia por tempo de serviço/ FGTS; PIS/PASEP; verbas indenizatórias; seguro-desemprego; salário-família; 13º salário; jornada de trabalho regulamentada de até 44 horas semanais; férias remuneradas e entre outros benefícios que os trabalhadores informais estão descobertos, pois “padecem de todo e qualquer direito e, neste contexto, o informal chega às vias de praticamente um indigente social” (DIEESE, 2014, p.14).

Assim, em alguma eventualidade, o trabalhador pode “ficar incapacitado para gerar renda por meio do seu trabalho, como nos casos de acidente, doença ou gravidez [...] e ficando sem renda de aposentadoria na fase da vida que naturalmente a capacidade de trabalho se reduz” (OIT e IPEA, 2015, p.39). O trabalhador não dispõe de nenhuma garantia de renda, passando a depender de benefícios socioassistenciais como o Programa Bolsa Família e o BPC/ Benefício de Prestação Continuada.

Essas inúmeras expressões dos dados da informalidade afetam direta e indiretamente a reprodução social dos trabalhadores, sejam suas condições de vida digna ou as condições mínimas de trabalho. Apesar do discurso de autonomia propalado pelo empreendedorismo que tanto aliena o trabalhador, o que se observa com os dados sobre a informalidade é a crescente precariedade em que os trabalhadores estão inseridos. Tanto pela alienação desse discurso ou pela última alternativa em que o trabalhador tem para sobreviver. Além de trabalhar mais e não ter nenhuma garantia trabalhista, muitos se condicionam por qualquer valor remunerado, porque muitas vezes nem um salário propriamente dito lhe é atribuído. Apesar das complexas expressões e atividades, as condições da informalidade:

Apresentam, entretanto, uma característica comum: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e frequentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados. (CACIAMALI, 2000, p. 164)

Apesar dos incentivos e fomentos do Estado, a informalidade traz consequências para o financiamento das políticas sociais, principalmente da seguridade social, pois “a não contribuição para a seguridade social e a menor arrecadação de impostos trazem prejuízos para as contas públicas, dificultando a possibilidade de ampliação do sistema universal de proteção social” (PRONI; KREIN, 2010, p.26). Como o sistema de política pública é limitado, é centrado na seguridade social, em que a previdência social é contributiva e, nesses casos, muitos trabalhadores não contribuem.

Na atualidade, verifica-se, portanto, que as diversas formas de trabalho informal vão se ampliando e se complexificando com o movimento de reprodução do capital, com as necessidades prementes do mercado. Os capitalistas, empresários de diversos setores da economia articulados as políticas de Estado com as diversas regulamentações para contratar

força de trabalho sem responsabilidade fiscal e trabalhista, desprovidos de segurança, com uma remuneração inferior e eventual, diminuindo os custos do processo de trabalho e ajustando-os às demandas flexíveis do mercado.

4.3 Notas sobre o trabalho informal no contexto da pandemia da covid-19

No ano de 2020, com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) verifica-se a agudização das contradições da crise estrutural do capital expressas num conjunto de desigualdades sociais que afetam, sobretudo, os países periféricos. Neste contexto de crise sanitária mundial, dentre as estratégias de controle da disseminação do vírus foi necessário a adoção do isolamento social pelos governantes dos países para diminuir a curva de contágio, tendo em vista também evitar a superlotação nos hospitais e o aumento das mortes. Com isso, foram instaurados *lockdowns* parciais no Brasil, ocorreu o fechamento do comércio/ de setores privados de vendas, das instituições públicas municipais, estaduais e federais e a abertura, apenas, das atividades consideradas essenciais, como supermercados, farmácias e hospitais²¹.

Consequentemente, muitas empresas tiveram que reduzir os custos devido ao isolamento social e muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalho. Trabalhadores formais tiveram o contrato de trabalho suspenso ou foram demitidos e aumentaram a massa de trabalhadores desempregados²². Os trabalhadores informais tiveram consequências piores. Muitos empreendedores, microempreendedores e trabalhadores por conta própria tiveram que suspender suas atividades imediatamente. Como não há legislação que dá alguma garantia aos trabalhadores informais, muitos ficaram sem renda e decretaram falência. Os dados da realidade demonstram a veracidade da informação, pois:

Na primeira quinzena de junho, estima-se que o país tinha 4,0 milhões de empresas, sendo 2,7 milhões (67,4%) em funcionamento total ou parcial, 610,3 mil (15,0%) fechadas temporariamente e 716,4 mil (17,6%) encerradas em definitivo. Entre as que estavam com atividades encerradas definitivamente, independente de motivo, as de menor porte

²¹ Vale lembrar que muitas categorias da classe trabalhadora não pararam diante da Covid-19 e muitos receberam a própria morte como pagamento pelas suas jornadas de trabalho, exemplo disso são os profissionais de saúde. Muitos trabalhadores não têm escolha, precisam ir para o front na guerra contra a pandemia, pois os hospitais, as funerárias, a logística, a limpeza e higienização, os supermercados, os abates de animais, a agricultura não podem parar de produzir para manter a sobrevivência da população (LARA, 2020, p.57).

²² Dados da Pnad Continua mostram que nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020 a taxa de desocupação era de 12,2%. Em junho de 2020 o ponto percentual foi de 1,1 chegando em 13,3% de pessoas desocupadas.

(715,1 mil ou 99,8%) foram as mais atingidas, enquanto 0,2% (1,2 mil) eram intermediárias e nenhuma era de grande porte (IBGE, 2020, s/n).

Apenas no primeiro mês da pandemia os efeitos da crise já eram devastadores e a falácia do empreendedorismo que aliena o trabalhador ficou evidente neste período. O discurso de autonomia, na prática, demonstrou que muitas empresas e microempresas recorreram a empréstimos na tentativa de manter os negócios. A ideologia de “trabalhar para si mesmo” e “ser seu próprio patrão” fazendo o seu horário e tendo mais flexibilidade, de imediato pode até ter algumas vantagens. Mas em longo prazo, o trabalhador fica desprotegido de direitos conquistados historicamente, e em diversos contratemplos, como no caso da pandemia, muitos trabalhadores informais foram prejudicados e ficaram sem renda.

Na tentativa de responder a alta demanda de pessoas infectadas, o investimento público na saúde com a compra de respiradores, o aluguel de leitos de hospitais privados e os inúmeros gastos que a pandemia trouxe foi imenso. Assim, a previsão de que “as consequências econômicas e políticas dessas medidas ainda estão em curso, mas uma das poucas certezas é que a conta não tardará a chegar para a classe trabalhadora de todos os continentes” (LARA, 2020, p. 56). Isso, sem considerar os impactos pós-pandemia, e de como os trabalhadores informais serão ainda mais afetados.

Mesmo antes da flexibilização do comércio e de outras atividades, - que ocorreu gradativamente e diferente em cada estado brasileiro – muitos brasileiros foram às ruas pedindo a reabertura do comércio, pois as pessoas precisavam trabalhar e obter alguma remuneração. Pior do que ser contagiado por um vírus letal que matou milhares de pessoas e continua matando, é ficar sem trabalhar e sem renda. A alienação do trabalhador somada à necessidade de se reproduzir materialmente fizeram muitos arriscarem a sua saúde e de seus familiares. Ocorreram diversos protestos, inclusive apoiados pelo Presidente da República do Brasil, para o retorno das atividades econômicas em geral. No estado de São Paulo, por exemplo, diversos prefeitos ameaçaram não cumprir as determinações do governo do estado.

Quando os “trabalhadores informais não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária” (LARA, 2020, p.57). São os segmentos mais vulneráveis da população que sofrem com os efeitos negativos da pandemia. Não há legislação trabalhista, nem proteção social para esses trabalhadores e suas famílias. Eles ficam sem trabalho, pois até os que podem trabalhar ficam sem clientela porque não havia pessoas nas ruas para comprar seus produtos ou serviços. Perdem a renda e passam a recorrer aos benefícios socioassistenciais e emergenciais. Assim,

no mês de julho de 2020, 40,1% dos domicílios receberam o auxílio emergencial²³ do governo federal e 4 milhões dos domicílios solicitaram empréstimo financeiro.

A desigualdade social acentuada pela pandemia retira o direito dessas populações vulneráveis de aderir ao isolamento social. Inúmeras dificuldades são encontradas “pois moram em casebres em que os espaços de moradia são apenas para o descanso corporal após uma longa e extenuante jornada de trabalho, na maioria dos casos na economia informal” (LARA, 2020, p. 57). Como se manter isolado de um membro da família que está infectado em uma casa com cinco pessoas e dois cômodos, por exemplo? Como o trabalhador informal mantém o isolamento social, se precisa trabalhar e não há outra forma de enfrentamento a curto prazo?

Antunes (2020) conceitua como capital pandêmico a união entre o metabolismo antissocial do capital, a crise estrutural e a eclosão do coronavírus. Seu caráter discriminatório em relação às classes sociais é muito mais brutal e intenso. Durante a pandemia, verificam-se altos índices de violência doméstica e feminicídio. As mulheres trabalhadoras brancas sofrem muito mais do que homens, e quando comparadas com as mulheres pretas, elas representam 68% das trabalhadoras domésticas do Brasil.

Nos países de renda baixa e média-baixa, os trabalhadores informais chegam a 90%, a cobertura de proteção social para as mulheres é mais baixa. Entre os trabalhadores assalariados, a desigualdade salarial de gênero persiste em 20% em todo o mundo. As mulheres são mais vulneráveis ao desemprego, a diferença de gênero de trabalhadores informais dos setores mais atingidos é muito maior, com 42% das mulheres na informalidade desde o início da crise (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2020).

Os trabalhadores supérfluos da Inglaterra que Engels (2010) descreveu também foram varridos pelas epidemias e doenças, não havia proteção para esses trabalhadores. As moradias também eram insalubres e muitas vezes utilizadas para realizar algum trabalho. Não havia conforto e decência, mas era o último refúgio que os trabalhadores tinham. Atualmente, muitos elementos ainda se fazem presentes e foram aprofundados com a pandemia, pois:

As condições precárias de trabalho e proteção social como informalidade, intensiva exploração da força de trabalho, altos índices de adoecimentos e mortes no trabalho, investimento insuficiente de recursos nas políticas

²³ “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19” (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2020).

públicas são situações constitutivas da formação do mercado de trabalho brasileiro (LARA, 2020, p.62).

As repercussões da pandemia para os trabalhadores também expressam ou estão articuladas às mudanças políticas do estado burguês brasileiro dos últimos anos. A partir da Emenda Constitucional nº 95/2016 os gastos e investimentos, principalmente, nas áreas da saúde e educação pelos próximos vinte anos foram limitados, assim a falta de investimento na saúde pública brasileira colhe os frutos na pandemia. A contrarreforma trabalhista por meio da lei 13.467/2017 que objetivava diminuir o desemprego e extinguir o trabalho informal, ao contrário, “mais de um ano após a vigência da legislação trabalhista, os resultados apontam que não houve redução na taxa de desocupação do país, ao menos, de forma significativa, e, ainda, houve crescimento das relações de trabalho informais” (PASSOS e LUPATINI, 2020, p.138).

De acordo com a OIT, os novos dados da pandemia sugerem que os trabalhadores informais dos países em desenvolvimento foram os mais afetados comparados às crises anteriores. Os impactos sobre os trabalhadores informais são maiores, porque eles estão mais vulneráveis devido à instabilidade na ocupação. As medidas de confinamento estão agravando o efeito da retração econômica e criando ainda mais desafios para o mercado de trabalho e para a contenção dos danos de forma eficaz em países em desenvolvimento, principalmente para os trabalhadores da economia informal (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2020). Causando um efeito devastador para o trabalhador no campo da informalidade. Conforme salientamos, isso sem considerar os efeitos pós-pandemia, como ficará a questão do trabalho nos próximos meses e anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa propiciou apreender os determinantes históricos sociais que configuram a gênese e a expansão do trabalho informal na sociedade capitalista contemporânea. Conforme explicitamos anteriormente, o trabalho informal manifesta-se atrelado às novas dinâmicas e imposições da produção capitalista mediante o desenvolvimento do trabalho domiciliar nas *Mistress Houses*, como uma necessidade imanente do capital em busca da autorreprodução e expansão acelerada da produção de mercadorias, intensificando a exploração do trabalho, a sua fonte de valor e de acumulação de riqueza. Neste contexto inicial e até os dias atuais o trabalho domiciliar, de natureza informal, move por “fios invisíveis” a produção capitalista, conforme atesta Marx (1996).

Com a pesquisa foram identificadas as expressões originais da informalidade e de precarização do trabalho, a partir do resgate histórico das primeiras formas de organização da produção capitalista e de controle do capital sobre o trabalho. A grande indústria moderna do século XVIII – XIX possibilita com a produção de mercadorias em larga escala atender às necessidades de expansão dos grandes mercados. Com a ciência aplicada à produção e o aperfeiçoamento das máquinas, os trabalhadores foram perdendo cada vez mais espaço na produção fabril e, com isso, a informalidade se apresenta como alternativa para muitos trabalhadores que se viam sem trabalho e sem perspectivas de garantir as condições mínimas de sua reprodução e de sua família.

Na atualidade, conforme demonstrado neste TCC, verifica-se a reedição da convivência entre velhas e novas formas de trabalho precário, os “fios invisíveis” que movimentam a produção ainda se fazem presente. O trabalho informal continua, desse modo, sendo uma das alavancas fundamentais da produção capitalista. Com a pesquisa documental, a partir da exposição dos dados observa-se o quanto este fenômeno vem se ampliando e complexificando na sociedade contemporânea. Uma das expressões desta complexidade está no discurso e nas estratégias institucionais (organizações públicas ou privadas) de apelo do capital ao empreendedorismo - da “suposta autonomia” dos trabalhadores - para serem produtores serve, tão somente, para mascarar a condição de exploração a que os trabalhadores informais estão submetidos. A pesquisa propiciou, ao contrário, apreender que a informalidade configura-se como uma das formas contemporâneas de subordinação ampliada do trabalho ao capital, intensificadas pelos processos de terceirização que a reestruturação produtiva instaurou.

Conforme exposto na terceira seção, a crise estrutural acirrou as contradições iminentes do sistema do capital e, com a reestruturação produtiva de 1980 até os dias atuais, os impactos das estratégias de incentivo à informalidade ou mesmo como a única possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores agravam sua condição precária de trabalho e de vida. A expansão do trabalho informal nas formas produtivas e improdutivas do capital verifica-se em várias modalidades de trabalho. O crescimento da informalidade com a reestruturação produtiva demonstra a necessidade do Estado e de segmentos do empresariado em incentivar economicamente o empreendedorismo como uma das estratégias de controle e subordinação da classe trabalhadora, levando ao mascaramento da condição precária dessa modalidade de trabalho.

No Brasil, a partir dos anos 1980, as taxas do trabalho informal superaram as do mercado formal de trabalho e, sua incidência segue em meio aos ajustes políticos e econômicos que são ativados nos momentos de crise. No contexto da pandemia da covid-19, por exemplo, os dados demonstraram as condições precárias e de incertezas que os trabalhadores enfrentaram desde o início e estão enfrentando. A pandemia nos leva a entender que, em pouco tempo, a proposição de “autonomia” dos trabalhadores é uma falácia e que não há nenhuma garantia trabalhista e social para aqueles que estão na informalidade, ao contrário agravam suas condições de vulnerabilidade social. Essa expansão contemporânea da informalidade possui como principal característica “a grande vulnerabilidade ocupacional e os baixos rendimentos” (PRONI e KREIN, 2010, p. 14).

Esta vulnerabilidade social é determinada, sobretudo, pela inserção precária no mercado de trabalho, pois os trabalhadores “não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós segunda Guerra Mundial, com a implementação do Estado de Bem-Estar Social e, no Brasil, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). [Este] é um trabalho não regulado” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215). Este fenômeno se acentua, principalmente, por rebaixar os custos do processo de trabalho e de reprodução da força de trabalho. Sua expansão é atrelada aos incentivos do Estado e dos organismos financeiros internacionais que discursam sobre o trabalho informal meramente do campo social enquanto uma atividade de estrita sobrevivência e à margem do sistema do sistema do capital. Esses discursos são assimilados pelos trabalhadores que passam a acreditar nas vantagens da flexibilização das relações produtivas e trabalhistas, não entendendo a dinâmica e funcionalidade da atividade à reprodução ampliada do capital, ao processo de acumulação. O trabalho informal expressa, desde o início da industrialização capitalista, perdas para o trabalhador, dentre elas a perda do controle integral do processo de trabalho com a consolidação da sua subordinação e instauração dos fundamentos da sua condição de precarização que se arrasta até os dias atuais.

Entendemos que, a proposta de autonomia e modernização do trabalho, típica da produção flexível, oculta o caráter precário e de desproteção social dos trabalhadores, pois torna constante a “indefinição do local de trabalho, as condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, os baixos níveis de qualificação e de produtividade do trabalho, os rendimentos baixos e irregulares, as extensas jornadas de trabalho e a falta de acesso à informação e à tecnologia” (PRONI; KREIN, 2010, p.33), entre outras consequências.

Os trabalhadores informais não usufruem de direitos conquistados historicamente e os benefícios de uma suposta autonomia são ínfimos principalmente em longo prazo. Ao contrário, com a pesquisa apreendemos, por fim, que a informalidade “nega completamente certas características de organização livre que lhes são atribuídas, indicando, ao contrário, uma explícita subordinação à produção capitalista” (TAVARES, 2004, p.151). É evidente que não há possibilidade de autonomia do trabalhador em uma sociedade com interesses de classes antagônicas e que se sustenta a partir da exploração intensa e contínua do trabalho abstrato para garantir a apropriação privada do que é produzido socialmente pelos trabalhadores. A superação da sociedade capitalista e duas contradições fundantes supõe o fim da exploração do trabalho, fim do trabalho abstrato, dentre elas o trabalho informal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado.** E-Book. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?.** *Serv. Soc. Soc.*, Set 2011, no.107, p.405-419. ISSN 0101-662

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed. – São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo e Braga, Ruy (orgs). **Infoproletários – degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva. **O Desemprego e as Políticas de Emprego, Trabalho e renda no Brasil Contemporâneo.** Tese (Doutorado em Serviço Social). UFPE, 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRENNER, Robert. (1999) “**A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do Neoliberalismo à Depressão?**”. Outubro, no 3, Xamã, São Paulo.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. Tese (Doutorado em Economia). USP, 1982.

_____. **Globalização e processo de informalidade**. In: Seminários IPE, 2000, São Paulo. Trabalhos para Discussão Interna. São Paulo: IPE-USP, 2000. v. 2000. p. 1-25.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Auxílio emergencial do Governo Federal**. Disponível em: <<https://auxilio.caixa.gov.br/inicio>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

CARDOSO JR., José Celso; FERNANDES, Suiane. **A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa**. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, IPEA/MTE, n. 14, out. 2000.

DIEESE. Revista: **Diálogo Social: para transformar o trabalho no Brasil**. Publicada em março de 2014.

DRUCK, M. G.; FILGUEIRAS, L. ; AMARAL, M. F. . **O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica**. Cadernos CRH, Salvador, v. 17, n.41, p. 211-229, 2004.

DUARTE, Ana Rute O. **Terceirização e sua relação com as cooperativas no contexto da reestruturação produtiva brasileira**. 122 páginas. (Monografia) Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Maceió: 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, 1968.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. Tradução Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pulso Empresa: **Entre as empresas que estavam fechadas na 1ª quinzena de junho, 39,4% encerraram atividades por causa da pandemia**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28294-pesquisa-pulso-empresa-entre-as-empresas-que-estavam-fechadas-na-1-quinzena-de-junho-39-4-encerraram-atividades-por-cao-da-pandemia>> Acesso em: 08 de setembro de 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**. Updated estimates and analysis. Fifth edition. Geneva: ILO, 2020.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LARA, Ricardo. **Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social**. Revista Libertas, v. 20, p. 53-69, 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas: O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Editorial Avante!-Edições Progresso, Lisboa-Moscú, 1984.

LESSA, Sergio. **Trabalho produtivo e improdutivo**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro Primeiro, tomo I: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro Primeiro, tomo II: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MÉSZÁROS, István. **PARA ALÉM DO CAPITAL: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Entrevista: José Paulo Netto**. In: *Trab. Educ. Saúde*. Rio de Janeiro, v.9,n.2, p.333-340, 2011.

OIT; IPEA. **Juventude e trabalho informal no Brasil**. Brasília: OIT, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociales y Del Empleo en el Mundo – Tendências**. Ginebra: OIT, 2019

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1972.

PANIAGO, Cristina Soares. **HÁ SAÍDA, DENTRO DA ORDEM, PARA A CRISE DO CAPITAL?** In: Gilmaisa Macedo da Costa, Edlene Pimentel, Norma Alcântara e Reivan Souza. (Org.). *CRISE CONTEMPORÂNEA, DESAFIOS DO CONHECIMENTO E LUTAS SOCIAIS*. 1ªed.Maceió: Edufal, 2017, v. , p. 180-201.

PASSOS, Saionara da Silva; LUPATINI, Márcio. **A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil**. *Revista Katalysis*, v. 23, p. 132-142, 2020.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRAZERES, T. J. ; NAVARRO, V. L. . **Na costura do sapato, o desmanche das operárias: estudo das condições de trabalho e saúde das pespontadeiras da indústria de calçados de**

Franca, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso), v. 27, p. 1930-1938, 2011.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001.** Brasília: Ipea, 2002 (Texto para Discussão n. 914).

SILVA, Japson Gonçalves Santos. **Da formalidade à informalidade no mercado de trabalho: notas sobre a saúde do trabalhador na perspectiva marxiana.** In: Norma Alcântara; Reivan Souza; Silene de Moraes Freire. (Org.). Reflexões em Tempos de Crise: trabalho, política, movimentos sociais, Serviço Social. 1ed. Maceió: Edufal, 2015, v. 1, p. 277-296.

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle Capitalista e Reestruturação Produtiva: o programa brasileiro da qualidade e produtividade.** Maceió: EDUFAL, 2011.

TAVARES, Maria Augusta. **A expansão subordinada das atividades informais à produção capitalista: o comércio de rua do Centro de Maceió.** UFPE, Recife, 1997. Dissertação de Mestrado.

_____. **Os Fios (In)visíveis da Produção Capitalista – informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da administração científica.** 8. Ed. 13 reimpressão. São Paulo: Atlas, 1990.

THEODORO, Mário. **As bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil.** Texto para Discussão (IPEA), Brasília, v. 762, 2000.